



A ONU no Brasil 2012 - 2016



Foto de Capa: Crianças durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20, que foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2012. Crédito: Luiz Filipe Barcelos. Alterações foram realizadas.

Copyright © Organização das Nações Unidas, 2016

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial

A ONU no Brasil

2012 - 2016

Brasília, setembro de 2016



Sumário

Prefácio	4
Introdução	6
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o movimento global de combate à pobreza.....	8
Economia Verde e Trabalho, Sustentabilidade e Desenvolvimento de Mãos Dadas	32
Segurança e Cidadania: uma questão de direitos humanos e desenvolvimento	40
Cooperação Sul-Sul: vetor das relações internacionais.....	50
Além do Marco de Cooperação	58
O Futuro da ONU no Brasil: Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021.....	62
Sistema das Nações Unidas no Brasil	66

Prefácio

DIVERSIDADE E COMPLEMENTARIDADE POR UM BRASIL MAIS INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Desde 1947, o Sistema ONU foi crescendo e se consolidando no Brasil mediante parcerias indispensáveis com o governo brasileiro, em suas diferentes esferas, a iniciativa privada, a sociedade civil e as instituições de ensino e pesquisa, assim como os meios de comunicação. Os organismos que o integram atuam por meio de um plano de estratégias conjuntas com a identificação de áreas prioritárias concordantes com o próprio projeto nacional. Este plano é chamado de Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF¹ na sigla em inglês), que se renova a cada período de cinco anos para estar sempre atualizado *pari passu* com o desenvolvimento do país.

O Marco de Assistência 2012-2016 permitiu ao Sistema ONU no Brasil orientar e focalizar suas iniciativas em matéria de inclusão social, promoção da saúde integral, conscientização sobre a conservação da biodiversidade, geração de estatísticas para o desenvolvimento, incentivo à igualdade de gênero, fomento à segurança alimentar e nutricional, estímulo à preservação do patrimônio histórico e artístico, apoio à educação de qualidade para todas e todos e proteção dos direitos de crianças e jovens, entre outras áreas. O documento também guia as Nações Unidas na articulação de seu trabalho como sistema para acompanhar e agregar ao país em suas múltiplas

ações destinadas a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Apesar de cada organismo concentrar o foco em seu mandato prioritário, todos compartilham o propósito único de promover a paz, o desenvolvimento inclusivo e sustentável e, por conseguinte, o bem-estar de todas e todos no menor período possível.

A soma de nossas capacidades, boas práticas e lições aprendidas nos deram a certeza de que juntos podemos fazer mais, e conseguir resultados significativos. Maior coordenação e trabalho conjunto foram executados para avançar uma agenda com propósito comum e fazer mais efetiva e eficaz nossa contribuição para a superação dos desafios nacionais.

Nós nos sentimos gratificados com nossos aportes ao país para a democratização do debate em torno da formulação de políticas públicas e da tomada de decisões; para o estudo e a discussão sobre o desenvolvimento sustentável brasileiro em seus três pilares – econômico, social e ambiental; para a produção de conhecimento, ampliação das capacidades municipais e incorporação dos ODM nas políticas públicas; para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, especialmente em áreas mais vulneráveis; para combater a violência contra meninas e mulheres; para a inclusão e não discriminação de pessoas LGBT no mundo do trabalho; para o empoderamento da população afrodescendente; para a formação de jovens líderes; para o enfrentamento do HIV/Aids; para a resposta brasileira contra o vírus Zika; e para o incremento da cooperação Sul-Sul; entre muitas de outras contribuições.

¹ UNDAF, *United Nations Development Assistance Framework*, que para o ciclo 2017-2021 passa a ser denominado em português de Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em resposta à nova agenda de desenvolvimento global, a Agenda 2030, bem como à importante cooperação técnica entre Sistema ONU e o Estado brasileiro.

O Brasil assumiu o compromisso de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, a despeito de seus consideráveis avanços, deve continuar enfrentando o desafio da erradicação da pobreza, da promoção de uma agricultura mais sustentável, de mais saúde e bem-estar para todas e todos, de uma educação de qualidade para todas e todos, e da igualdade de gênero; assim como de garantir água potável e saneamento para toda a população, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico; além de estimular a indústria, a inovação e a infraestrutura; reduzir desigualdades; transformar, erguer ou manter cidades e comunidades sustentáveis; estimular o consumo e a produção responsáveis; combater a mudança global do clima; proteger a vida na terra e na água; e assegurar a paz, a justiça e instituições eficazes. A implementação dos 17 ODS

exige a ação conjunta de várias entidades, distintas entre si, porém complementares. Por isso, o Sistema ONU compromete-se a atuar em parceria com o governo e a sociedade brasileira e, com a atuação integrada de seus 23 organismos, está pronto para cooperar com o país no cumprimento desse projeto ambicioso e abrangente chamado Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

O Sistema ONU no Brasil tem recebido do governo e de toda a sociedade brasileira, ao longo de décadas, o acolhimento e o respeito de que necessita para realizar seu trabalho. Espera, portanto, retribuir essa afetuosa e respeitosa acolhida com muito trabalho e muitas propostas, sempre com vistas a uma parceria que se tem provado extremamente rica, profícua e promissora.

Niky Fabiancic

Coordenador Residente da ONU no Brasil



Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundiais. Fundada por 51 países, incluindo o Brasil, considerado membro fundador da Organização, a ONU iniciou suas atividades em 24 de outubro de 1945 e hoje tem 193 Estados-Membros.

A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. No país, o Sistema das Nações Unidas é atualmente formado por 22 agências especializadas, fundos, programas e outros escritórios residentes que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos, além de um organismo não-residente que também desenvolve trabalho no Brasil. A Equipe de País da ONU (conhecida por sua sigla em inglês, UNCT – *United Nations Country Team*) é constituída pelos representantes desses organismos, sob a liderança do Coordenador Residente, que tem, entre suas principais funções, a missão de definir estratégias e coordenar o trabalho da Equipe de País, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos compromissos internacionais.

A forma de atuação das Nações Unidas no Brasil muda de um organismo para outro, já que eles atuam em áreas específicas de acordo com seus mandatos. Trabalhando de maneira coordenada, esses organismos desenvolvem projetos com o governo – tanto em nível federal, como estadual e municipal –, com a iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na formulação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo e inclusivo.

Esta publicação visa exemplificar, de forma resumida, algumas das principais realizações do Sistema ONU no Brasil no período de 2012 a 2016, no qual foi implementado o terceiro Marco de Assistência das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF, sigla em inglês de *United Nations Development Assistance Framework*). O UNDAF é o plano de estratégias conjuntas dos organismos do Sistema ONU para cada país e aponta as temáticas de atuação das Nações Unidas em nível nacional e esforços a serem realizados para articular uma visão coerente e estratégica para uma abordagem comum e integrada na promoção do desenvolvimento do país, em um período de cinco anos.

A cooperação técnica vive um momento de transição no Brasil, influenciada pela crescente relevância que o país tem no cenário internacional e pela prioridade que dá hoje à superação de deficiências históricas, como erradicação da pobreza extrema. Apesar de profundas reformas, a desigualdade – entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos, negros e indígenas, entre regiões e entre gerações – ainda é um desafio nacional central. A contribuição das Nações Unidas para promover o desenvolvimento humano requer concentração de esforços nas questões que promovem a mudança desse cenário de desigualdades e contribuem para a inclusão social de pessoas marginalizadas e vulneráveis.

Por isso, as quatro prioridades das Nações Unidas para o ciclo de programação 2012-2016 foram: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para todos os brasileiros e todas as brasileiras no contexto ampliado das políticas nacionais de desenvolvimento; economia verde e trabalho decente no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável; segurança e cidadania; e Cooperação Sul-Sul.



Equipe de País das Nações Unidas no Brasil

Foto: PAHO/WHO



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o movimento global de combate à pobreza

Em 2000, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para adotar a Declaração do Milênio da ONU, e se comprometeram com o estabelecimento de uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema através da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com prazo de cumprimento até o final de 2015.

Esse esforço coletivo de 15 anos produziu um bem-sucedido movimento global de combate à pobreza. Trabalhando em conjunto, governos nacionais, comunidade internacional, sociedade civil e setor privado demonstraram que é possível melhorar as condições de vida de milhares de pessoas ao redor do mundo. Em 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODM para continuar avançando e responder aos novos desafios mundiais.

O Sistema das Nações Unidas no Brasil trabalha desde 2000 na implementação dos ODM no país e, especialmente desde 2012, norteia suas ações no fortalecimento de um processo de desenvolvimento equitativo e inclusivo, tendo como prioridade os grupos mais excluídos e vulneráveis. A proposta do Sistema é fazer que os ODM e os ODS sejam realidade para todas as brasileiras e brasileiros, levando em consideração questões de gênero, raça, idade e etnia.

ODM para Todos os Brasileiros e Todas as Brasileiras no Contexto Ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento é o primeiro eixo de atuação do terceiro Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) para o período 2012-2016. A seguir, algumas das principais iniciativas realizadas durante esses cinco anos pelos organismos da ONU na implementação desse eixo.



ONU E BRASIL TRABALHANDO JUNTOS PELO FUTURO QUE QUEREMOS

Em junho de 2012, o Brasil hospedou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Considerada uma das maiores conferências já realizadas em todo o mundo, o evento deu início a uma nova era na implementação

do desenvolvimento sustentável. A Conferência teve participação de mais de 100 países, representados por 57 Chefes de Estado, 31 Chefes de Governo, oito Vice-presidentes e nove Primeiros-ministros. Além do evento oficial, ao longo dos dez dias



Foto: UNICEF / Raito Diniz

Aluno da escola itinerante Zumbi dos Palmares joga bola em seu período de lazer no assentamento Valmir Motta de Oliveira, no Paraná. As escolas itinerantes garantem o direito de aprender de crianças e adolescentes de acampamentos de famílias de agricultores.

da Rio+20 aconteceram cerca de 500 eventos paralelos no espaço do encontro, com cerca de 30 mil participantes. Mais de 4 mil jornalistas estiveram no Rio de Janeiro para cobrir a Conferência e, mundialmente, mais de 160 mil matérias foram publicadas sobre o evento.

definição das condições contratuais, supervisão e monitoramento das obras e desmobilização posterior das estruturas. Foram construídas quatro estruturas temporárias e prestadas mais de 230 horas de assistência técnica nas áreas de infraestrutura, compras e gestão de projetos.

QUAIS TEMAS DEVERIAM SER PRIORITÁRIOS PARA CONSTRUIR O FUTURO QUE QUEREMOS?

Essa é a pergunta que as Nações Unidas fizeram à sociedade civil na campanha O Futuro que Queremos, lançada no final de 2011 para incentivar as pessoas de todo o planeta a participar da Rio+20. Entre as diversas iniciativas feitas no Brasil pelo Sistema, destacam-se a campanha Eu sou Nós, promovida pelo UNICRio, que teve ampla participação, inclusive de famosos e famosas, como Gisele Bündchen, Ronaldo Fenômeno, Paulo Coelho, Vik Muniz, MV Bill e Oscar Niemeyer. A Campanha convidou a população brasileira a participar da Conferência enviando textos, fotos ou vídeos para

o site O Futuro que Queremos, compartilhando seus desejos para o futuro. O Futuro que Queremos contou ainda com uma exposição, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – realizada pelo UNIC Rio em parceria com o PNUD e o CNO –, durante a qual os 40 mil visitantes deixaram 8.300 mensagens e 300 vídeos com suas ideias para a construção de um futuro melhor para todos e todas.

A pesquisa mundial realizada pela ONU, Meu Mundo – considerada a maior enquete já feita pelas Nações Unidas em seus 70 anos de existência –, foi

lançada em 2013 e teve a participação de quase 10 milhões de pessoas de 194 países, que compartilharam com as Nações Unidas suas expectativas para a construção de um mundo mais justo. Com envolvimento de todos os membros do Sistema ONU no Brasil, que trabalharam para ouvir as prioridades da população brasileira nessa enquete, a pesquisa mostrou que os 60 mil votantes priorizam os temas educação de qualidade, melhoria na saúde e um governo honesto e atuante. Paralelamente à enquete online, o Sistema ONU no Brasil apoiou a realização de consultas públicas, em parceria com diversos representantes do Governo brasileiro, com o objetivo de construir uma participação mais ativa dos mais variados atores sociais, incluindo organizações da sociedade civil, do setor privado e, sobretudo, das populações mais vulneráveis. Na consulta brasileira foram realizados cinco encontros regionais em parceria com o Movimento Nós Podemos, além de 14 consultas presenciais, agregando grupos específicos da sociedade civil: juventude, refugiados/as, travestis e transexuais, indígenas, afrodescendentes, pessoas em situação de rua, meninas entre 14 e 18 anos e centrais sindicais, entre outros. Também foram coletados mais de 3.800 questionários qualitativos, englobando todos os segmentos da sociedade brasileira, com especial destaque para pessoas privadas de liberdade. Os resultados dessas pesquisas foram compartilhados com líderes mundiais que aprovaram, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Numa mesma linha, a Campanha Urbana Mundial (em inglês: *World Urban Campaign*), coordenada pelo ONU-Habitat, tem por objetivo fomentar o debate, informar e conscientizar

sobre a necessidade de se ter cidades sustentáveis. Em novembro de 2015, no Brasil, foi organizado um *Urban Thinkers Campus* – UTC sobre o tema “Cidades Inclusivas” em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco. O fórum teve por objetivo simular soluções para o futuro urbano e construir um consenso entre os parceiros envolvidos sobre os desafios da urbanização. Como os demais UTC, esse evento foi documentado e suas recomendações finais compartilhadas e encaminhadas à Habitat III, Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Em 2012, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades e o Ministério das Relações Exteriores, o ONU-Habitat coordenou a elaboração de seis estudos técnicos para orientar o posicionamento do Brasil no nível internacional. Os resultados apresentam grande potencial para subsidiar políticas urbanas sustentáveis como parte de uma mudança de paradigma que vem sendo debatida no âmbito da transição para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e da Conferência Habitat III.



Foto: Flávio Lopes

Investir na juventude é essencial: na maioria dos países metade da população tem 25 anos ou menos. Jovens de Belford Roxo, Rio de Janeiro, participaram de consulta sobre o desenvolvimento nacional realizada pela ONU.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INCLUSIVO: UMA PRIORIDADE DA ONU



Foto: PNUD Brasil

Casas de palafitas no rio Negro, em Manaus, Amazonas. As populações ribeirinhas são diretamente impactadas pelas mudanças ambientais.

Em julho de 2013, foi lançado o Atlas do Desenvolvimento Humano, uma plataforma online com dados socioeconômicos dos municípios brasileiros – incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O Atlas contribui para a democratização do debate em torno da formulação de políticas públicas e da tomada de decisões com foco nas pessoas por meio do acesso à informação e do diálogo aberto com o poder público. Em novembro de 2014, uma nova plataforma Atlas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras foi lançada. Hoje, essa plataforma apresenta 200 indicadores socioeconômicos para 20 Regiões Metropolitanas, bem com dados por Unidades de Desenvolvimento Humano (que se aproximam dos bairros). A iniciativa é fruto da parceria do PNUD com a Fundação João Pinheiro e o Ipea.

As atividades da CEPAL no Brasil, entre 2012 e 2016, tiveram como objetivo principal o estudo e o debate

do desenvolvimento sustentável brasileiro e da região, em seus três pilares: econômico, social e ambiental. Para isso, buscou, junto com o Governo brasileiro, o melhor conhecimento de dados, análises, metodologias e capacitação para construir e aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável. Em parceria com o Ipea e o Ministério do Meio Ambiente, foram realizados estudos e análises sobre a desigualdade social, em especial sobre os critérios de pobreza e vulnerabilidade; e, na área ambiental, foram feitas avaliações de políticas e programas, como o Programa de Combate à Deflorestação da Amazônia e o Fundo Clima. A construção de uma matriz de insumo-produto para América do Sul, como parte da contribuição da integração regional ao crescimento, também foi desenvolvida. Da mesma forma, a CEPAL e o Ipea elaboraram uma proposta sobre uma visão latino-americana do desenvolvimento sustentável que foi apresentada durante a Rio+20.

O Projeto ODM Brasil 2015 – uma parceria do PNUD com a Secretaria Geral da Presidência da República e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – teve como foco a promoção dos ODM no país. A iniciativa, lançada em 2012, trabalhou na produção de conhecimento, ampliação das capacidades municipais e incorporação dos ODM nas políticas federais. O Portal ODM e o Prêmio ODM de boas práticas fazem também parte desse Projeto.

O Selo UNICEF Município Aprovado é um reconhecimento que municípios do Semiárido e da Amazônia podem conquistar pelo resultado de seus esforços na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Com dados e diagnóstico realizados pelo UNICEF, os municípios inscritos conhecem melhor suas realidades e têm condições de fortalecer suas políticas e repensar estratégias para alcançar os ODM. O Selo é concedido a municípios que promovem transformações positivas em indicadores divididos em três dimensões: Impacto Social; Gestão de Políticas Públicas e Participação Social. O projeto, que começou no Ceará em 1999, conta com mais de 1,7 mil municípios inscritos no ciclo 2013-2016.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e outros atores nacionais, como universidades e instituições de pesquisa, a CEPAL vem promovendo desde 2012 estudos, material metodológico e capacitação para apoiar o conhecimento e a elaboração de dados e indicadores ambientais e a difusão de metodologias e padrões internacionais para esses indicadores, auxiliando o país em suas propostas para a Agenda 2030 e os ODS.

Em 2010 – quando aconteceu em Brasília o 33º Período de Sessões da CEPAL –, a Comissão apresentou o documento “A Hora da Igualdade, Brechas por Fechar”, que mostra os desafios da América Latina e do Caribe para alcançar uma sociedade mais justa, através da distribuição dos benefícios e do acesso aos direitos para toda a população. Para dar prosseguimento a esta questão, a CEPAL apresentou, em 2016, o estudo “Horizontes 2030 – a Igualdade no Centro do Desenvolvimento Sustentável”, que reflete

a urgência de se rever o atual estilo de desenvolvimento da região. O documento apresenta propostas de políticas para confrontar esses desafios e incentivar a geração de um novo estilo de crescimento e desenvolvimento, além de propor formas de implementar a Agenda 2030 e os ODS dentro da realidade e objetivos da região.

Em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Fundação Euclides da Cunha (FEC), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Fundação Sousem e a Petrobras, o ONU-Habitat desenvolveu e coordenou um projeto de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) nos 11 municípios¹ do Leste fluminense situados no entorno do Comperj no Estado do Rio de Janeiro e dos quatro municípios² do entorno da Refinaria Premium I, no Maranhão. O projeto teve início em 2007 e foi responsável por coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações sociais, econômicas, culturais e ambientais georreferenciadas para o poder público local, academia, setor privado e a sociedade civil, em consonância com os princípios do Pacto Global da ONU e da metodologia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O PNUMA vem desenvolvendo desde 2015 o projeto “Abordagem integrada para a sustentabilidade ambiental no planejamento do desenvolvimento: uma proposta regional para avançar na implementação da Rio+20 e da Agenda 2030 na região da América Latina e Caribe”, em coordenação com o MMA. Essa proposta visa identificar os avanços e as lacunas na implementação da agenda de desenvolvimento sustentável acordada na Rio+20, identificar as lições aprendidas e oportunidades para o uso efetivo de uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento sustentável envolvendo os governos nacionais e parceiros estratégicos em uma estratégia de cooperação regional na América Latina e no Caribe.

1 Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Tanguá e Silva Jardim.
2 Santa Rita, Bacabeira, Rosário e São Luís.

ACABAR COM A FOME NO BRASIL E NO MUNDO



A ONU trabalha na mobilização de recursos para que milhões de crianças tenham sua nutrição assegurada.

Entre 2012 e 2014, o número de pessoas com fome foi reduzido a níveis inferiores a 5% – entre 1990 e 1992 eram 14,8% da população brasileira –, permitindo que o país saísse do Mapa da Fome da ONU e cumprisse tanto o ODM que estabelecia a redução pela metade da proporção de pessoas que sofrem com a fome quanto a meta de reduzir pela metade seu número absoluto. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um Retrato Multidimensional, lançado pela FAO Brasil em 2014, mostra como a implementação de um conjunto de políticas públicas de forma articulada e integrada e o estabelecimento de marcos legais e institucionais permitiram ao país superar a fome. A segunda edição da publicação, em 2015, O Estado

da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Agendas Convergentes, mostra os caminhos traçados pelo Brasil para sair do Mapa da Fome e aponta os principais desafios do país.

Em 2015, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA apoiou as atividades da iniciativa Nutrição para o Crescimento, uma parceria entre os governos brasileiro e britânico, com participação de líderes da iniciativa privada, cientistas, estudiosos e sociedade civil, para estabelecer uma política e compromissos financeiros necessários que assegurem nutrição para milhões de crianças, mulheres e grávidas.

ONU PELA IGUALDADE DE GÊNERO

“O Valente não é Violento” é uma iniciativa que faz parte da campanha “Una-se Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todo o Sistema ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. Lançada no Brasil em 2013, tem como objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra meninas e mulheres.

A campanha Mulheres e Direitos – fruto de uma parceria entre o UNAIDS, o UNFPA, o UNICEF, a ONU Mulheres e a União Europeia, com apoio do UNIC-Rio – contribuiu para a conscientização da população brasileira sobre a violência de gênero contra as mulheres, sua saúde integral e a promoção da equidade de gênero, através de spots de rádio, vídeos e outros materiais em português, inglês, espanhol e tikuna – idioma indígena falado por mais de 30 mil pessoas no Brasil.

Quinze mulheres de todo o Brasil foram selecionadas para participar do projeto Jovens Mulheres Líderes, entre 2013 e 2015, promoção do PNUD, da ONU Mulheres e da Secretaria Nacional de Juventude. A iniciativa teve como meta o desenvolvimento das capacidades de liderança política das participantes,

por meio de intercâmbios de experiências com líderes de diversos segmentos do Governo Federal e organismos internacionais. Os principais resultados do programa, de acordo com as jovens, foi o fortalecimento de imagem e autoestima; o desenvolvimento de uma rede; a ocupação de novos espaços institucionais; a obtenção de resultados nos seus trabalhos de *advocacy*; o engajamento em novas formas de comunicação e relacionamento com a mídia. Essa iniciativa originou a adaptação do Guia sobre Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas e uma série no Youtube, em que as jovens líderes falam sobre questões de gênero, juventude e discriminação.

Foto: ONU Mulheres



Meninas promovem os 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres durante a iniciativa Caravana Siga Bem, em Uberlândia, Minas Gerais, no contexto da campanha “O Valente não é Violento”.

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH),³ mediante cooperação técnica com o PNUD e o UNFPA, criou o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, que lançou seu primeiro módulo em dezembro de 2014. A proposta é acompanhar os avanços do Brasil em áreas como direito ao trabalho, moradia e alimentação saudável, entre outras. Organismos do Sistema ONU colaboraram no processo de discussão e definição dos indicadores.

Criado pela ONU Mulheres, o movimento ElesPorElas (HeForShe) é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial. Desde seu lançamento em 2014, centenas de milhares de homens de todo o mundo, incluindo Chefes de Estado, CEOs e celebridades assumiram um compromisso com a igualdade de gênero. No Brasil, a iniciativa foi lançada oficialmente em junho

de 2015 e em seis meses alcançou mais de 20 mil homens. Apoiada pelo Governo do Brasil, empresas e personalidades da mídia e o Sistema ONU, a campanha promoveu uma grande mobilização nacional, alcançando cerca de 30 milhões de pessoas na mídia social, em uma parceria com o canal GNT/Globosat. Outras ações, em campeonatos de futebol, participação em programas de alta audiência na televisão e nos Jogos Estudantis foram fundamentais para a mobilização em torno da questão de gênero.

O ano de 2014 marca o crescimento da preocupação com as necessidades das mulheres e jovens, seja no que diz respeito ao planejamento de sua vida reprodutiva ou na ampliação do acesso à informação sobre seus direitos. No período, o UNFPA, em parceria com o Ministério da Saúde, promoveu encontros para aumentar a consciência sobre o direito humano à saúde integral, incluindo o direito ao planejamento familiar. O UNFPA também contribuiu para fortalecer os mecanismos de monitoramento e prestação de contas sobre os investimentos relacionados à saúde das mulheres, saúde sexual e reprodutiva e saúde materna.

Para reforçar a capacidade do Sistema de Justiça Criminal no Brasil para a investigação de feminicídios e a prevenção dessa forma de violência, a ONU Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)⁴ lançaram a iniciativa Estratégias de Assistência para o Desenvolvimento de Capacidades para Melhorar os Mecanismos Jurídicos para Implementar o Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero no Brasil. Um dos grandes resultados dessa ação foi a elaboração de um projeto de lei para incluir feminicídio como um tipo de homicídio qualificado no Código Penal. O projeto foi aprovado pelo Senado em dezembro de 2014 e sancionado três meses depois pela Presidência da República.

Em 2014 chegou ao final o projeto Educação para os Direitos das Mulheres: Disseminando Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e seu Uso, uma iniciativa da



Foto: Isabela Dias / GNT

O judoca Flávio Canto aderiu a Campanha Eles por Elas.

³ Em 2016, a SDH foi incorporada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

⁴ Em 2016, a SPM foi incorporada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

ONU Mulheres em parceria com o Instituto Avon. Iniciado em 2009, seu objetivo foi contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha, por meio da disseminação de informações sobre os direitos das mulheres (especialmente em casos de violência doméstica) e sobre os diferentes instrumentos legais e políticas para a prevenção e resposta a essas violações. O fundo Fale Sem Medo, um dos principais eixos do Projeto gerido pelo Fundo Elas de Investimento Social, iniciou suas atividades em 2012, para reforçar as capacidades dos grupos comunitários de mulheres por meio do financiamento de projetos.

O projeto Planos de Ação Comunitários pelo Fim da Violência contra as Mulheres, em parceria com o Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) foi implementado em dez comunidades no Rio de Janeiro, em uma intervenção que se estendeu de outubro de 2013 a dezembro de 2014. As atividades promovidas foram baseadas em ações prévias desenvolvidas pelo programa Cidades Seguras e Sustentáveis para Todas/os, uma parceria da ONU Mulheres, ONU-Habitat e UNICEF. Após a realização de diagnósticos participativos sobre violência nas comunidades e a elaboração de planos de ação específicos, o projeto apoiou sua implementação pelas lideranças envolvidas.

Mais de 20 mil mulheres e 300 cooperativas em comunidades de baixa renda foram beneficiadas, até 2015, pelo programa Empoderamento Econômico das Mulheres e Integração na Cadeia de Valor da Companhia Coca-Cola no Brasil, Egito e África do Sul. Parceria entre a ONU Mulheres e o Instituto Coca Cola Brasil (ICCB), o projeto foi implementado em 25 estados do Brasil para aumentar o acesso ao poder econômico de mulheres empreendedoras de baixa renda (líderes

Foto: ONU Mulheres



Atletas aprendem sobre igualdade de gênero, tema dos Jogos Escolares da Juventude de 2015.

comunitárias e artesãs) e fortalecer o compromisso e a implementação de políticas afirmativas e promover os Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles – WEPs). Entre diversas atividades implementadas, destacam-se o treinamento para instrutores do ICCB e produção de vídeos sobre direitos humanos, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; promoção dos WEPs e mapeamento das boas práticas na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres promovidas por empresas públicas e privadas.

A Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade nasceu em 2010 como iniciativa pré Conferência Rio+20, liderada pelo Ministério do Meio Ambiente e ancorada no PNUMA, reúne, hoje, cerca de 400 lideranças femininas que atuam na promoção da sustentabilidade e que são representantes ativas em conselhos de instituições públicas, empresas privadas, organizações internacionais ou do terceiro setor. Desde 2012, já desenvolveu inúmeros projetos e se concentra atualmente no desenvolvimento de uma campanha na área de energia solar e na promoção de estudos de novos padrões de uso do tempo, a ecologia do tempo.

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, UMA LUTA SEM TRÉGUA

Para que os países da América Latina e o Caribe pudessem compartilhar suas experiências sobre os esforços realizados na promoção dos direitos das pessoas de ascendência africana, foi realizado, em dezembro de 2015, um encontro sobre a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). O evento, organizado pelo ACNUDH em parceria com o Governo brasileiro e participação de dezenas de entidades da sociedade civil, reafirmou o apoio à criação do Fórum de Pessoas Afrodescendentes e a elaboração de um projeto de Declaração das Nações Unidas. Os países também se comprometeram a

adotar políticas de ação afirmativa para atenuar e corrigir desigualdades no exercício dos direitos humanos no acesso à educação e ao emprego de afrodescendentes. Ainda no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes, o UNFPA e o ACNUDH realizaram três oficinas sobre o tema Afrodescendentes e o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos para ampliar o conhecimento sobre a luta contra o racismo em todo o mundo.

O Ministério do Esporte, em parceria com o Comitê Intertribal (ITC), e apoio do PNUD, organizaram em outubro de 2015, no Tocantins, a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O projeto teve o objetivo de fomentar, divulgar e preservar



Foto: Mariana Tavares/UNFPA

O Brasil sediou o lançamento da Década Internacional de Afrodescendentes para a América Latina, contando com dezenas de entidades da sociedade civil de toda a região.

a cultura indígena por meio de manifestações culturais, desportivas, ambientais e artísticas, compartilhando os valores tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional. O escopo do projeto do PNUD abrangeu desde a colaboração no planejamento estratégico do evento, visando à inclusão social e acessibilidade nos serviços de infraestrutura e logística; a assessoria técnica nos processos de licitação; até o recrutamento e gestão contratual da equipe alocada no projeto que contou com o apoio da UNOPS.

O Programa Conjunto sobre Segurança Alimentar Indígena teve como objetivo melhorar a segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, região do Alto Rio Solimões (Amazonas) e em Dourados (Mato Grosso do Sul), por meio da provisão de assistência técnica e extensão rural indígena, elaboração de hortas escolares, etnomapeamento das terras indígenas, bem como da promoção de intercâmbios e controle social. O Programa foi executado por cinco organismos das Nações Unidas – FAO, OIT, OPAS/OMS, PNUD e UNICEF – em parceria com o Governo brasileiro, representado pela Fundação Nacional do Índio, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a ABC.

O Curso de Formação de Jovens Lideranças: Ativismo e Mobilização Social para Resposta e Controle do HIV/Aids é uma iniciativa do UNAIDS, em conjunto com Ministério da Saúde, UNESCO,

Foto: PNUD Brasil / Tiago Zenero



Em outubro de 2015, no estado do Tocantins, ocorreu a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, com o objetivo de fomentar, divulgar e preservar a cultura indígena por meio de manifestações culturais, desportivas, ambientais e artísticas.

UNICEF e UNFPA, cujo objetivo é capacitar jovens para a resposta ao HIV e à Aids. Entre mais de mil inscritos de todo o Brasil, foram contemplados 150 jovens ativistas, entre 18 e 26 anos, incluindo profissionais da saúde ou estudantes da área. A maioria faz parte de populações-chave na resposta ao HIV/Aids: gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), travestis, transexuais e profissionais do sexo. Algumas dessas jovens lideranças também trabalham com pessoas que usam drogas e com redução e danos; outras, ainda, integram duas populações também consideradas vulneráveis ao HIV, como negros e indígenas.

Em 2014 a OIT, em parceria com o UNAIDS e o PNUD, elaborou o Manual de Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no Mundo do Trabalho, assim como uma campanha para a inclusão e não discriminação de pessoas LGBT.



Foto: ONU Brasil

A versão brasileira da campanha Livres & Iguais convidou ativistas do movimento LGBTI para contribuir com as iniciativas da ONU para o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia de 2016.

Taurepang, Xavante, Tupari, Terena e Cocal – das cinco regiões do país, contemplando 16 Estados. Organizado pela ONU Mulheres e tendo como coordenadora Ro'otsitsina Juruna (Tsitsina Xavante) – primeira mulher indígena a integrar a equipe dessa entidade da ONU –, o Projeto promoveu ações para o empoderamento político das mulheres indígenas, fortalecimento das capacidades sobre políticas públicas e acesso a direitos indígenas e marcos normativos para promoção da igualdade de gênero. No âmbito do projeto também foi realizada uma Conferência Livre de Políticas para Mulheres, de mulheres indígenas, oferecendo aportes para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e garantiu a participação de lideranças mulheres na 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

O manual tem sido utilizado por empresas públicas e privadas, formando cerca de 100 mil funcionários em mais de 30 grandes empresas. Essa ação faz parte de duas campanhas globais da ONU: Livres & Iguais e Zero Discriminação.

O Diálogo Nacional de Mulheres Indígenas: Fortalecendo os Direitos das Mulheres Indígenas foi criado mediante uma consulta feita ao Movimento de Mulheres Indígenas para identificar demandas locais. O projeto fortaleceu as capacidades de 24 mulheres indígenas nas questões de gênero, cidadania e direito das mulheres, com ênfase na participação dos Comitês Regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai) como Multiplicadoras. As 24 Multiplicadoras pertencem a 23 povos diferentes, como Guajajara, Guarani Nandeva,

As Multiplicadoras participaram de 28 atividades paralelas em que recolheram demandas de 104 povos distintos.

O UNICEF e a Secretaria Especial de Saúde Indígena estabeleceram uma parceria em 2014 para treinar 191 equipes de saúde que trabalham em regiões com alto índice de mortalidade infantil, beneficiando 20 mil crianças e 1.800 mulheres grávidas.

A iniciativa Zero Discriminação celebra o direito de todos a uma vida plena e produtiva com dignidade – não importando sua origem, orientação sexual, identidade de gênero, sorologia para o HIV ou raça e etnia –, visando mostrar que todos podem ser informados e promover a tolerância, a compaixão e a paz. Lançada mundialmente em 2013, tem como

meta combater qualquer estigma que impeça o direito a uma vida plena, digna e produtiva. A borboleta da campanha – símbolo de um processo de transformação – representa o compromisso em assumir um comportamento aberto à diversidade

e à tolerância. No Brasil, a Zero Discriminação conta com o apoio do ator Mateus Solano, Embaixador de Boa Vontade do UNAIDS, como porta-voz oficial da iniciativa para trazer à tona o debate sobre a discriminação e a promoção dos direitos humanos.



Foto: Maeve Mellor/UNAIDS Brasil

As Nações Unidas trabalham no combate à discriminação contra pessoas vivendo com HIV e populações vulneráveis.

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS – UMA PREOCUPAÇÃO FUNDAMENTAL

O UNFPA apoia a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁵ na implementação do Plano de Prevenção da Violência Contra Jovens Negros, chamado Juventude Viva, que visa reduzir a alta taxa de assassinatos de jovens negros em todo o país, dando prioridade aos 132 municípios onde a situação é mais grave.

Os dados do Censo Populacional 2010 revelaram que 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos não frequentavam as salas de aula; 14,6 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos apresentavam atraso escolar, um dos principais fatores de risco para a exclusão escolar. Para dar resposta ao problema, o UNICEF desenvolveu a estratégia “Fora da Escola Não Pode”, que levou informação, através de uma plataforma online,

⁵ Em 2016, a Seppir foi incorporada ao Ministério da Justiça e Cidadania.



Foto: PNUD Brasil

No Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto de 2015, jovens do Distrito Federal celebraram o 2º ano de implementação do Estatuto da Juventude.

e engajou os municípios brasileiros para o enfrentamento do problema.

Em parceria com o UNICEF e a UNESCO, o UNFPA apoia a implementação e o fortalecimento do Programa Saúde na Escola, que propõe a integração das áreas da saúde e educação para promover educação integral em sexualidade nas escolas públicas (Ensino Fundamental II e Médio). O programa é gerido em nível local através de uma rede integrada por representantes de governo, universidades, organizações locais da sociedade civil, que trabalham com jovens e organizações de juventude.

O Jovem de Expressão é um programa de prevenção ao crime com o setor privado que tem como foco jovens de 18 a 29 anos, é um exemplo das atividades do UNODC para prevenir o crime e a violência. Além desta iniciativa, destaca-se o Embaixadores da Juventude, que incentiva a participação juvenil em foros internacionais, como o Fórum da Juventude do ECOSOC.

O UNODC adaptou para a realidade brasileira – com apoio do Ministério da Saúde e de universidades federais do país – programas que visam ao diálogo

e à prevenção do uso de drogas nas escolas. Exemplos dessa iniciativa são o #Tamojunto, que tem como público alvo adolescentes de escolas públicas de 13 e 14 anos e que alcançou, entre 2013 e 2014, mais de 2 mil estudantes; o Jogo Elos, que atingiu 15 mil crianças de 6 a 10 anos em escolas públicas, e Fortalecendo Famílias, para famílias e adolescentes de 10 a 14 anos. Os primeiros resultados dos programas no Brasil apontam o adiamento do primeiro uso de substâncias e também a redução do grau de consumo e abuso de álcool, tabaco e outras drogas entre o público a que se dirigem.

Em 2015, o UNAIDS firmou parceria com a área de Responsabilidade Social da TV Globo, o que resultou na Campanha Viver Melhor, para alertar os jovens sobre a necessidade de se fazer o teste de HIV e de se prevenir. Em quatro meses, a publicidade social foi veiculada mais de 5 mil vezes na programação da TV Globo, alcançando audiência estimada de cerca de 100 milhões de pessoas por dia no mês de setembro, lançamento da campanha. Como parte da iniciativa, o UNAIDS prestou aconselhamento aos autores da série de TV *Malhação – Seu Lugar no Mundo* na construção de cenas e diálogos com mensagens sobre prevenção,



Foto: UNICEF Brasil/Manuela Cavadas

A ONU promove os direitos e o bem-estar das crianças, trabalhando em 190 países e territórios, concentrando especialmente seus esforços para chegar às crianças mais vulneráveis e excluídas.

zero discriminação, tratamento, leis e direitos das pessoas vivendo com HIV. O sucesso desse trabalho deu origem, em 2016, a um *spin-off* para a Internet: a série original *Eu Só Quero Amar*, com foco na vida de casais sorodiscordantes. A série se consagrou como a terceira mais vista da história do Gshow, o braço de entretenimento pela Internet da TV Globo. Dentro da mesma parceria, o UNAIDS também prestou aconselhamento para cenas da novela *Totalmente Demais* – audiência diária de cerca de 40 milhões de pessoas – sobre o tema de adoção de crianças vivendo com HIV.

EDUCAÇÃO E CULTURA COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO E PROGRESSO

Em 2012, a UNESCO renovou sua parceria com a TV Globo, com o objetivo de captação de recursos do programa *Criança Esperança*. Em 2015, 30 projetos de educação, esporte, cultura e inclusão social foram apoiados pela UNESCO, por um período de dois anos, através do *Criança Esperança*, para comemorar o 30º aniversário do programa.

No campo dos sítios brasileiros naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, a UNESCO elegeu o Parque Nacional Serra da Capivara como um de seus focos de ação nesse período. Em parceria com a União Europeia, foi realizada em Brasília uma



Foto: UNICEF Brasil/Rafael Diniz

Bruno Magnoto faz atividade em sala de aula com os seus colegas do 2º ano da escola Prof. Laerte José dos Santos, em Osasco, SP. A condição física ou cognitiva ainda é um fator determinante para a exclusão escolar. Apenas 22% das instituições de ensino têm dependências adaptadas a crianças com deficiência (Censo Escolar, 2013).

série de debates sobre os diversos aspectos dessa questão, como a arqueologia, a pesquisa, o desenvolvimento local e um de seus principais desafios, que é seu modelo de gestão. Da mesma forma que outros sítios do patrimônio natural, a Serra da Capivara está localizada em um Parque Nacional, cuja gestão está sob a responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). A UNESCO tem apoiado o ICMBio para trazer à discussão todos os atores envolvidos no tema, seja no âmbito governamental, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como também atores da sociedade civil e do setor privado, visando à construção de um novo modelo de gestão que permita atender às demandas de um sítio do Patrimônio Mundial, com suas necessidades de conservação e preservação e, ainda, dando impulso a seu potencial de atrativo turístico internacional, como motor para o desenvolvimento de seu entorno.

Em 2012 a UNESCO colaborou na ampliação do primeiro Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que é responsável pela produção de indicadores e

dados estatísticos sobre o uso da Internet no Brasil e a análise da produção, estudos e pesquisas periódicas sobre o desenvolvimento das TIC no país.

Levando em conta a África como prioridade global e após o sucesso do lançamento, em 2010, da versão em português dos oito volumes da História Geral da África da UNESCO, a Organização produz, em 2016, em parceria com o Ministério da Educação, o nono volume, que tem como foco a Diáspora Africana. A UNESCO também desenvolve, em outra parceria com o Ministério da Educação, conteúdo pedagógico sobre educação étnico-racial.

A UNESCO apoia o Arquivo Nacional na gestão do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo. O Comitê, estabelecido em 2004, complementa o trabalho do Programa Mundial Memória do Mundo, criado em 1992 na UNESCO, para proteger e preservar arquivos documentais de valor universal por pertencerem a toda a humanidade. No Brasil, o Comitê Nacional também apoia a formulação de políticas nacionais para definir, registrar, salvaguardar e acessar o patrimônio arquivístico e bibliográfico do país.

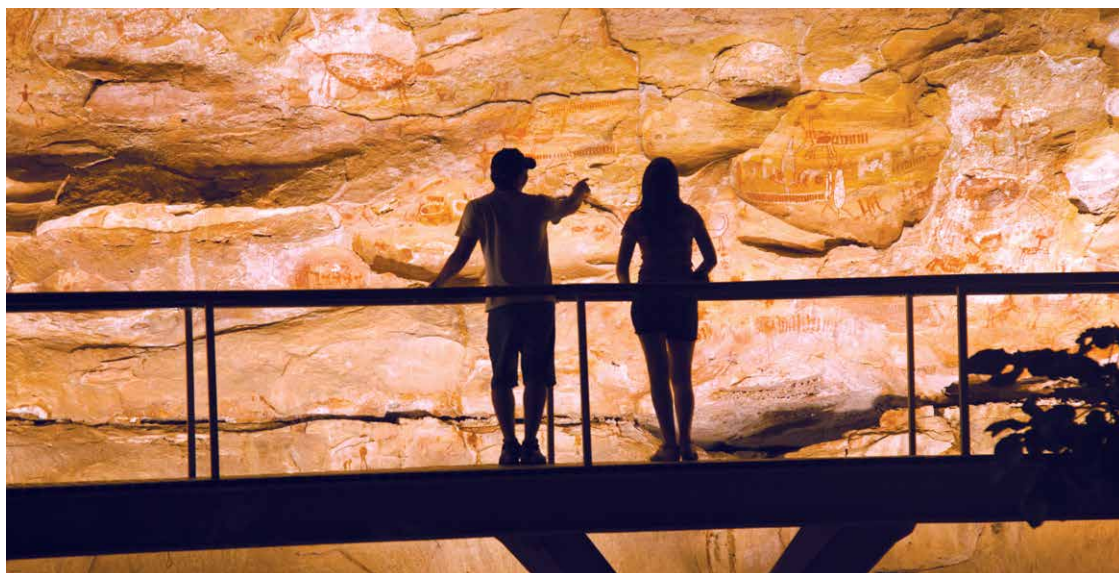


Foto: UNESCO

O Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, é palco das atividades da ONU para construção de um novo modelo de gestão que permita atender às demandas de um sítio do Patrimônio Mundial, considerando suas necessidades de conservação e preservação e seu potencial de desenvolvimento local por via do turismo.

SAÚDE EM PAUTA

A OPAS/OMS coopera tecnicamente com o Brasil em ações de vigilância integrada de arboviroses – dengue, chikungunya e zika – e controle do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor desses vírus. A OPAS/OMS participa desde 2015 como parceira na investigação da introdução do zika nas Américas. Ainda no início da epidemia, a Organização apoiou, com o Ministério da Saúde, a condução do principal estudo de associação da microcefalia com o vírus, com a participação do Centers for Disease Control and Prevention (CDC). A OPAS/OMS monitora a situação da epidemia do vírus Zika por meio da Sala de Situação de Saúde, elaborada especificamente com o objetivo de dar suporte para as decisões em gestão, ao nível municipal, estadual e federal, desde fevereiro de 2016. Desde a identificação do aumento dos casos de microcefalia e outras alterações relacionadas à infecção do vírus Zika, a OPAS/OMS tem sido parceira do Governo e da população brasileira oferecendo apoio técnico no diagnóstico, no aprimoramento da assistência às gestantes, crianças e famílias acometidas pela infecção e sequelas desta. Adicionalmente, apoiou na produção de uma nova fita para mensuração do perímetro cefálico dos recém-nascidos, em conjunto com o Ministério da Saúde, para se readequar aos novos critérios de microcefalia.

Em 2015, o UNICEF trabalhou com o Ministério da Saúde na resposta ao aumento do número de casos de microcefalia entre os recém-nascidos, principalmente no Nordeste do país, geralmente associado ao vírus Zika. O UNICEF desenvolveu planos para apoiar os esforços governamentais



Foto: OPAS Brasil

Pais acompanham atendimento de filho, que teve microcefalia após mãe apresentar sintomas de zika, em Recife, Pernambuco.

para abordar esta questão, em estreita colaboração com os Ministérios da Saúde e da Educação, bem como com a OPAS/OMS. O UNICEF – em parceria com OPAS/OMS, UNFPA e Ministério da Saúde – também lidera a revisão de guia de diretrizes para apoio psicossocial, que tem como foco as famílias afetadas direta e indiretamente pela microcefalia e outras manifestações da infecção pelo Zika. Seu objetivo é fortalecer a rede de apoio e a resposta comunitária para essas famílias.

A iniciativa “Atuando em Contextos de Zika: Direitos Reprodutivos de Grupos em Situação de Vulnerabilidade” – desenvolvida com apoio do Fundo de Emergência Global do UNFPA e do Governo do Japão – faz parte da cooperação para a resposta brasileira contra o vírus Zika. Também participam a Fiocruz, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e 11 organizações da sociedade civil com atuação em Pernambuco e Bahia, estados com maior número de casos confirmados de microcefalia associada à infecção pelo vírus Zika durante a gestação. A iniciativa

busca promover os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia reprodutiva das mulheres e jovens e inclui ações de comunicação, educação em saúde nas comunidades, advocacia e diálogo político, estudo e pesquisa e fortalecimento das capacidades dos serviços de saúde. A iniciativa tem conexões com outras ações do Sistema ONU no Brasil, desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Interagencial para a resposta ao vírus Zika.

A OPAS/OMS assessorou o país na elaboração e implantação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis 2011-2022. Igualmente nessa área, a OPAS/OMS vem desenvolvendo outras iniciativas, como o Projeto de Capacitação e Educação em Diabetes – uma parceria com a World Diabetes Foundation e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, iniciada em 2013. Como resultado, o número de diagnósticos de diabetes aumentou 5,7 vezes e a obtenção de hemoglobinas glicadas (exame para avaliar comportamento da glicemia) cresceu

6,6 vezes na comparação aos dados previamente existentes. Além disso, foram adotadas medidas para ampliar a prevenção de complicações decorrentes do diabetes, principalmente em regiões carentes, onde o trabalho rural agrícola é um dos principais meios de subsistência e o acesso aos serviços de saúde ainda é restrito. Com os resultados alcançados, a iniciativa foi implementada em outros municípios da Bahia e nos estados do Ceará e Maranhão.

A morte materna é uma das dez principais causas de morte entre mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. No mundo, a cada dois minutos uma mulher morre de problemas ligados a gravidez, sendo que 90% desses casos poderiam ser evitados. O UNFPA, com apoio da Prefeitura do Município de Salvador e do Ministério da Saúde, realizou, entre 2009 e 2013, uma campanha para garantir que as mulheres sejam informadas sobre os direitos relacionados ao exercício pleno de sua vida sexual e reprodutiva, tendo garantia ao acesso universal das informações e serviços de saúde. Desde sua criação, a iniciativa ganhou dezenas de adesões, como a do Sesc, que lançou em 2012, em parceria com o UNFPA, a Campanha pelos Direitos das Mulheres e Redução da Morte Materna em seus departamentos regionais em todo o Brasil, e a de diversas entidades da sociedade civil, que criaram a Mobilização Nacional pela Promoção dos Direitos das Mulheres e Redução da Morte Materna.

A partir de 2012, houve no Brasil um movimento reavivado pela melhoria das condições da saúde das mulheres, jovens e crianças, impulsionado pelo lançamento da Rede Cegonha (2011). A iniciativa é um programa de saúde pública para aumentar e qualificar os cuidados para mulheres e crianças, antes e depois do nascimento, durante o parto e os primeiros dois anos da vida do bebê. O país obteve apoio técnico do UNFPA e da OPAS/OMS na implementação e monitoramento dessa Rede, bem como no impulsionamento das ações de planejamento reprodutivo e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, por meio de produtos informativos, capacitações e encontros para a discussão do tema.



Foto: Tatiana Almeida

A morte materna é uma das dez principais causas de morte entre mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. No mundo, a cada dois minutos uma mulher morre de problemas ligados a gravidez, sendo que 90% desses casos poderiam ser evitados.

O Plano Integrado da ONU em apoio à Resposta à Aids nos estados do Amazonas – Amazonaids –, Bahia – Laços Sociais – e Rio Grande do Sul – Aids Tchê – é uma iniciativa, liderada pelo UNAIDS, que vem sendo implementada desde 2008, em articulação com outros dez organismos da ONU, governos federal, estaduais e municipais, sociedade civil e parceiros estratégicos, com o objetivo de dar visibilidade às regiões prioritárias para a resposta ao HIV. A partir do Plano, comitês interfederativos nesses três estados implementaram lições aprendidas dessa iniciativa.

Foto: UNAIDS Brasil / Ester Content



A iniciativa Amazonaids, que envolve governo federal, governos locais, ONU e sociedade civil, abriu as portas e criou oportunidades para dar visibilidade à região de tríplice fronteira do Alto Solimões e seus desafios.

No Dia Mundial de Luta contra a Aids de 2014, prefeitos de todo o mundo se reuniram em Paris, na França, para assinar uma declaração sobre o fim da epidemia em suas cidades, uma iniciativa conjunta do UNAIDS e ONU-Habitat. Ao assinar a Declaração de Paris 2014, eles assumem uma série de compromissos que objetivam acelerar a resposta para acabar com a epidemia. Entre as ações está o alcance das metas 90-90-90 do UNAIDS, o que significa ter: 90% das pessoas vivendo com HIV sabendo que têm o vírus; 90% das pessoas que sabem que têm o HIV recebendo tratamento antirretroviral; e 90% das pessoas em tratamento antirretroviral tendo carga viral indetectável, preservando sua saúde e reduzindo o risco de transmissão do HIV. A adesão das cidades brasileiras à Declaração de Paris beneficia 35 milhões de brasileiros; o UNAIDS apoia todo o processo, desde a construção da linha de base até o monitoramento do alcance das metas.

O UNODC trabalha dentro de uma perspectiva integral das políticas de drogas com foco na redução balanceada da demanda e da oferta; na mudança de uma abordagem coercitiva para outra que

valorize a construção de espaços de coesão social; na assistência técnica baseada em evidências e no diálogo entre governos e comunidade científica. Nesse sentido, o UNODC apoia o Ministério da Saúde na implementação de ações preventivas e de promoção da saúde. Destaque nessa área é o programa do UNODC Famílias e Escolas Juntas (Fast), uma parceria com a Secretaria Nacional de Drogas, direcionado a famílias com crianças entre 2 e 5 anos, com o objetivo de favorecer o fortalecimento de vínculo intrafamiliar e entre famílias que vivem na comunidade, criando assim uma rede de suporte.

A OPAS/OMS atua como parceira fundamental do Ministério da Saúde na intermediação das aquisições de medicamentos, vacinas, inseticidas e outros insumos da área de saúde. A aquisição desses produtos se realiza por meio dos mecanismos denominados Fundo Rotatório (compras de vacinas, seringas e outros insumos relacionados). O Fundo Estratégico é um mecanismo de aquisição conjunta de medicamentos essenciais e insumos estratégicos de saúde que salvam vidas. Esses mecanismos regionais estão contribuindo para facilitar o acesso

aos medicamentos, vacinas e demais insumos demandados pelos programas de saúde pública do governo brasileiro, como Programa de Imunização, Malária, Dengue, Tuberculose, DST-Aids, dentre outros. A criação desses Fundos propiciou a redução dos custos dos insumos estratégicos em razão dos ganhos potenciais proporcionados pela economia de escala e pelo fortalecimento da capacidade de planejamento das aquisições e promoção do uso racional. Os fundos garantem a qualidade dos produtos e contribuem para a ampliação de alcance dos Programas de saúde pública.

O Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) iniciou, em 2015, uma parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para a elaboração e coordenação de projetos arquitetônicos e de engenharia para obras de construção de Hospitais Universitários Federais (HUFs) em caráter piloto. Os hospitais universitários federais respondem pela oferta de serviços de atenção à saúde em média e alta complexidade. O escopo

desse acordo prevê a aplicação da metodologia em seis projetos-piloto de universidades federais brasileiras, ao longo de três anos.

O projeto Vida no Trânsito é um dos exemplos do apoio da OPAS/OMS para melhorar a segurança do trânsito no Brasil. Implantado no Brasil, em sua fase piloto (entre 2010 e 2014), o Vida no Trânsito fez parte do Projeto Road Safety in Ten Countries, implementado com o financiamento da Fundação Bloomberg e coordenado globalmente pela OMS. Tornou-se posteriormente uma política nacional. Em 2015, delegados de mais de 100 países se reuniram em Brasília para discutir ações e estratégias para reduzir pela metade as mortes no trânsito até o final desta década, um marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O evento contou com apoio da OPAS/OMS e resultou na Declaração de Brasília, que teve forte influência da Agenda 2030 e destaca a indissociabilidade entre transportes públicos e o trânsito no escopo amplo da mobilidade urbana.

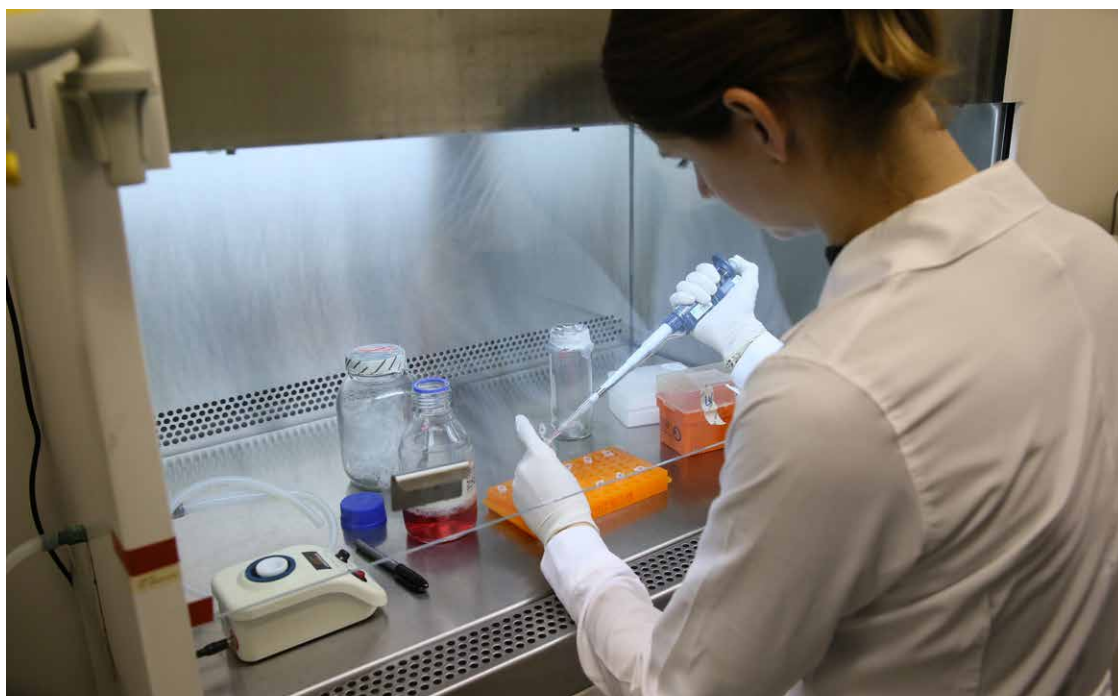


Foto: David Spitz

Teste de diagnóstico para casos suspeitos de zika em amostra de sangue de gestantes que apresentaram exantema.

O ESPORTE COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ

A Copa do Mundo de 2014 propiciou uma oportunidade para o Sistema ONU na implementação de ações ligadas ao esporte como ferramenta para o desenvolvimento. Na ocasião, foram lançadas uma série de iniciativas, como a campanha Proteja o Gol (em parceria com o Ministério da Saúde), coordenada pelo UNAIDS e UNFPA, que trabalhou na prevenção do HIV, disponibilizando testes e preservativos nas 12 cidades que hospedaram os jogos. Foi lançada também uma nova edição da campanha Passaporte Verde, organizada pelo PNUMA para chamar a atenção dos turistas sobre seu potencial para o desenvolvimento sustentável. O Programa da ONU foi também responsável pela capacitação de gestores em mudanças do clima, no âmbito dos inventários de emissões da Copa e pela Iniciativa Compras Sustentáveis. Durante o evento mundial, foi implementada a iniciativa “Desenhado para o Movimento”, liderada pelo PNUD, com apoio do UNICEF, UNESCO e ONU-Habitat, além da Nike, que criou a plataforma com o objetivo de consolidar informações relacionadas à crescente epidemia de inatividade física. Durante o mesmo período, para falar da igualdade de gênero, a campanha da ONU “O Valente não é Violento”, de enfrentamento à violência de gênero, liderada pela ONU Mulheres, realizou atividades em todo o país. Na área de promoção do trabalho decente, a OIT assinou com o Governo Federal o Compromisso Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo de Futebol e o Compromisso para Melhorar as Condições de Trabalho na Copa do Mundo/FIFA 2014, para o setor de turismo e hospitalidade, para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil e outros setores envolvidos com a Copa do Mundo. O UNICEF apoiou a Agenda de Convergência para Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes – um conjunto articulado de ações intersetoriais,

Foto: Bruno Fernandes



A ONU promove a atividade esportiva como um fator importante para impulsionar o desenvolvimento humano. Diversos projetos pretendem assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos.

interinstitucionais e interfederadas, da União, dos Estados e dos municípios –, que mobilizou 2.500 profissionais envolvidos na prevenção da violência contra meninos e meninas. Além disso, o UNICEF e parceiros promoveram o aplicativo “Proteja Brasil” para incentivar brasileiros e visitantes a denunciar casos de violência, preocupação relevante no contexto dos grandes eventos esportivos. O aplicativo teve mais de 37 mil *downloads* e mais de 3.220 chamadas para instituições de proteção à criança foram feitas por meio do aplicativo.

O PNUD prestou assessoria técnica para a Copa das Confederações 2013 e para a Copa do Mundo 2014. O escopo dos serviços prestados abrangeu desde a colaboração no planejamento estratégico do evento, visando à inclusão de aspectos de

sustentabilidade, inclusão social e acessibilidade nos serviços de infraestrutura e logística; a assessoria técnica nos processos de licitação; até o recrutamento e gestão contratual da equipe alocada no projeto que contou com o apoio da UNOPS. O diagnóstico de acessibilidade no estádio e em seu entorno foi realizado no âmbito do programa Viver sem Limites, coordenado pela Casa Civil do DF e pela Coordenadoria Distrital de Defesa do Direito da Pessoa com Deficiência, com apoio da agência da ONU.

Em 2013, o PNUMA e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 assinaram um acordo de cooperação para apoiar ações de redução dos impactos ambientais da realização dos Jogos no Brasil. O Passaporte Verde também fará parte das ações conjuntas do PNUMA e do Comitê Rio 2016.



Fotos: ACNUR / Gabo Morales

A refugiada síria Hanan Daqqah foi uma das primeiras participantes do revezamento da Tocha Olímpica no Brasil, em maio de 2016. Com 12 anos de idade, ela vive com sua família em São Paulo, onde chegou há um ano. Sua participação no revezamento da Tocha foi um gesto simbólico de solidariedade dos Jogos Olímpicos com as mais de 65 milhões de pessoas deslocadas no mundo em razão de guerras ou perseguições.

Três iniciativas foram desenvolvidas pela UNESCO para as Olimpíadas: um acordo com a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), do Ministério do Esporte, que prevê, por exemplo, a implementação de um laboratório de testes *antidoping* para os Jogos de acordo com normas internacionais; cooperação com o Governo de Brasília – que organiza as atividades olímpicas na capital para receber alguns dos jogos e atividades com a TV Globo, durante o período dos jogos.

Em uma iniciativa inédita, apoiada pelo ACNUR, os Jogos Rio 2016 receberão atletas refugiados de diferentes nacionalidades, que competirão sob a Bandeira Olímpica. A Tocha Olímpica, em sua jornada pelo Brasil, foi conduzida por refugiadas e refugiados que vivem no Brasil e irão atuar como voluntários no evento, em um importante gesto de solidariedade com os refugiados do mundo, e sensibilizando a comunidade internacional com a causa do refúgio.

Uma Vitória Leva à Outra é um programa conjunto entre ONU Mulheres e o Comitê Olímpico Internacional, em parceria com a ONG Women Win e o Comitê Olímpico do Brasil, que utiliza o esporte como ferramenta para o empoderamento de meninas e jovens mulheres. No Rio de Janeiro, o programa acontece nas Vilas Olímpicas do município. Duas vezes por semana, no turno oposto ao das aulas escolares, meninas de 10 a 14 anos se dirigem à Vila Olímpica mais próxima para fazer uma hora de atividade física e uma hora de oficina temática, ministrada por uma psicóloga, pedagoga ou assistente social, sobre diversos assuntos: autoestima e liderança; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; direitos e eliminação da violência contra as mulheres e meninas; e educação financeira.

Dando continuidade ao trabalho do Sistema ONU no contexto da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o UNODC está começando a implementar no Brasil um Programa Global sobre Esporte e Prevenção ao Crime. Esforços serão empreendidos para identificar e desenvolver metodologias de avaliação de

impacto dos esportes na prevenção ao crime, bem como em trabalho concreto com centros esportivos no Brasil e no Peru.

O UNAIDS – em parceria com UNFPA, União Europeia, American Foundation for AIDS Research, Grupo Pela Vidda, Aids Healthcare Foundation e Ministério da Saúde – liderou as ações da campanha #EuAbraço. Realizada nos locais de concentração das torcidas na cidade do Rio de Janeiro e nas mídias sociais e com apoio dos Embaixadores de Boa Vontade do UNAIDS – o ator Mateus Solano, a cantora Wanessa Camargo, o jogador de futebol David Luiz e a *fashion designer* Victoria Beckham –, a campanha foi inspirada no princípio 6 da Carta Olímpica, que prega a Zero Discriminação entre atletas e paratletas. Baseada na referência simbólica e física do “abraço”, a campanha promove atitudes de empatia, amizade, altruísmo, hospitalidade, tolerância e paz, além de engajar pessoas no manifesto Abraços Zero Discriminação e apoiar a Aceleração da Resposta para acabar com a Aids até 2030.

O UNICEF firmou uma parceria com o comitê Rio 2016 e vai capacitar 70 mil voluntários para assegurar a proteção de crianças e adolescentes em megaeventos, com as Olimpíadas e Paraolimpíadas. Além disso, lançará uma nova versão do aplicativo digital Proteja Brasil, que permite a qualquer pessoa com um smartphone reportar casos de violência contra as crianças. Em julho, o UNICEF lança a ação Team UNICEF – Get Active for Children, que, por meio de tecnologia digital móvel, vai convocar a população a se movimentar pelas crianças do Brasil.





Economia Verde e Trabalho, Sustentabilidade e Desenvolvimento de Mãos Dadas

A incorporação dos conceitos trabalho decente e economia verde na estratégia de atuação das Nações Unidas no país tem como objetivo resgatar e valorizar o aumento de renda e a criação de oportunidades de trabalho decente, derivadas de investimentos públicos e privados. Esse modelo visa também reduzir as emissões de carbono e a contaminação ambiental, promover a eficiência energética, e, ainda, reduzir a perda de biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

A inclusão deste tema no Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) do Brasil 2012-2016 contribui para a integração e sinergia entre os componentes econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento – por meio da incorporação desse novo paradigma. Seu objetivo é expandir o emprego formal de

qualidade e explorar oportunidades da economia verde, resultando em maior inclusão produtiva, diminuição das desigualdades regionais – incluindo as desigualdades de gênero e raça –, bem como implementar uma economia de baixo carbono que seja sustentável.

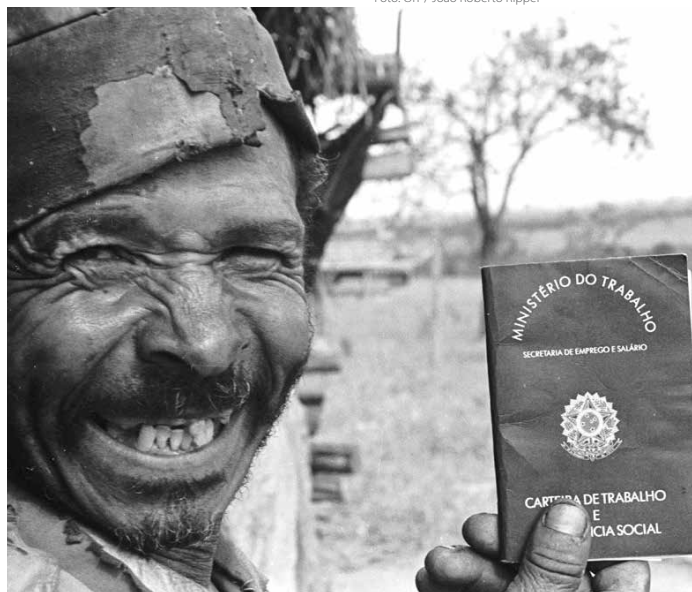
MELHORAR O AMBIENTE DE TRABALHO E LUTAR CONTRA O TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

A promoção do trabalho decente é uma via efetiva de inclusão social, autonomia, dignidade e distribuição dos frutos do crescimento econômico. Com o apoio da OIT, foi realizada em 2012 a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, envolvendo 20 mil constituintes em todo o país. Agendas subnacionais sobre Trabalho Decente foram desenvolvidas e implementadas em estados como Bahia e Mato Grosso e em municípios como São Paulo. Em colaboração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do IBGE e apoio da OIT, foi lançado em 2014 o Sistema de Indicadores Municipais do Trabalho Decente, que contém dados absolutos e indicadores.

Foi sancionada, em 2 de junho de 2015, a Lei Complementar 150, que regula os contratos para trabalhadoras/es domésticas/os garantindo as mesmas condições de trabalho e benefícios de seguridade social de outras categorias. A OIT participou das reuniões convocadas pelo Governo do Brasil para apoiar o desenvolvimento da legislação e da política, fornecendo subsídios técnicos como discussão da Convenção 189 e disseminação da publicação Promoção e Formalização do Trabalho Doméstico no Brasil.

Por meio do Programa Ação Integrada, a OIT promove o aumento da base de conhecimento sobre trabalho forçado, o fortalecimento institucional do Comitê Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e o envolvimento de trabalhadores e empregadores no enfrentamento e prevenção ao crime.

Foto: OIT / João Roberto Ripper



Trabalhador com a Carteira de Trabalho emitida durante uma operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que resgatou quase 50 mil pessoas de condições análogas à escravidão desde 1995. A ONU promove a educação e a qualificação profissional de trabalhadores vulneráveis.



Lançamento da campanha mundial "Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil", em 2014, quando mais de mil voluntários formaram um mosaico gigante nas areias da Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, para representar o símbolo do Programa Internacional pela Eliminação do Trabalho Infantil.

Apoia também a (re)inserção socioeconômica de resgatados e vulneráveis ao trabalho forçado, assim como a diminuição da vulnerabilidade dos trabalhadores, principalmente relacionada à extrema pobreza, analfabetismo e falta de qualificação profissional, que impede o acesso a oportunidades de trabalho decente. De 2009 a 2015, o Ação Integrada atendeu a 1.752 trabalhadores (sendo 44 mulheres) que foram referenciados às políticas públicas; qualificou 643 deles, tendo implementado 36 processos de formação profissional, em 73 dos 141 municípios do estado de Mato Grosso. O sucesso do projeto no estado fez que diversas entidades federais atuantes no combate ao trabalho forçado se juntassem à iniciativa, criando o Movimento Ação Integrada, que visa à expansão e replicação da iniciativa em outros lugares.

O Brasil esteve entre os seis primeiros países a receber, em 1992, o Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) da OIT. Atualmente, para apoiar o país na aceleração do ritmo de queda do trabalho infantil, a OIT implementa, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social, um projeto que desenvolve diagnósticos intersetoriais municipais, permitindo o desenho de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Implementa também um projeto de combate ao trabalho infantil no cultivo do tabaco no Rio Grande do Sul, que treinou mais de mil supervisores agrícolas e registrou cerca de 1.500 crianças no programa governamental Mais Educação. Além disso, em 2013, o Brasil sediou a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (III CGTI) e convocou os países da América Latina e Caribe para discutir e formular a Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil, um compromisso de 25 países da região para acelerar o ritmo de erradicação do trabalho infantil.

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL: COMBATE ÀS DESIGUALDADES E RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

A população indígena do Brasil é de aproximadamente 900 mil pessoas. Destas, 520 mil (57,7%) vivem nas 687 terras indígenas e 380 mil fora delas. As terras indígenas, que correspondem atualmente a quase 13% do território nacional, são importantes áreas de proteção ambiental. O Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati) é uma parceria entre movimento indígena brasileiro, Funai, Ministério do Meio Ambiente, Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), PNUD e The Nature Conservancy. Em 2013, o Projeto apoiou mais de 50 iniciativas indígenas por meio de Microprojetos Indígenas

– que financiaram atividades que envolvem plantios agroflorestais, roças agroecológicas, educação ambiental e valorização das práticas e conhecimentos tradicionais, além da elaboração e implementação, em diversos estágios, de planos de gestão ambiental e territorial em 32 territórios indígenas em todo o país.

O projeto Quilombos Sustentáveis, cujos primeiros passos foram dados em 2013, busca soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas. Fruto de uma parceria entre PNUD, Fundação Ford e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em

Foto: ACNUR / Luiz Fernando Codinho



A autossuficiência financeira é fundamental para a integração dos refugiados no Brasil. A ONU e seus parceiros implementam diferentes atividades para melhorar suas qualificações profissionais e as capacidades dessas pessoas para recolocá-las no mercado de trabalho.

apoio ao Programa Brasil Quilombola, a iniciativa tem a regularização fundiária dos territórios quilombolas como base. Graças a este mecanismo, as comunidades passaram a ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o Governo e a sociedade civil.

A ONU Mulheres e o Pacto Global da ONU articulam o fortalecimento da liderança das mulheres no ambiente do trabalho e na cadeia produtiva das empresas como promotor de economias fortes, sociedades mais justas, e respeito aos direitos humanos. Esse é o foco dos

Princípios de Empoderamento das Mulheres, uma iniciativa que apresenta sete passos para alavancar a igualdade de gênero no mundo dos negócios. No país, 63 empresas já aderiram à proposta. No mundo, são mais de 900.

Em 2013, os agricultores familiares brasileiros fizeram mais de dois milhões de contratos para financiar a produção por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), somando mais de 20 bilhões de reais em empréstimos para operações de custeio e investimento. Apoiado pelo PNUD desde sua criação (1998), o Pronaf visa erradicar a miséria e reduzir a pobreza, fomentando a organização econômica e desenvolvendo um modelo de produção sustentável para as populações rurais.

Foto: PNUD / Tiago Zenero



Comerciante expõe seus produtos no Mercado Municipal de São Paulo. A produção agrícola sustentável é um dos instrumentos para erradicação da miséria.

MELHORES PRÁTICAS À PROCURA DA SUSTENTABILIDADE

Desde 2010, um projeto de cooperação entre o Governo brasileiro e o PNUMA possibilita avanços significativos na promoção da mudança de padrões de produção e consumo, como a elaboração e implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis do Brasil, atualmente em seu segundo ciclo. Diversas iniciativas – incluindo campanhas, treinamentos e estudos técnicos – foram desenvolvidas e disseminadas pelo país.

O Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+) – um dos legados da conferência mundial da ONU Rio+20 – foi oficialmente inaugurado em junho de 2013. O Rio+ tem a missão de promover e facilitar a pesquisa,

o intercâmbio de conhecimentos e o debate internacional sobre desenvolvimento sustentável. O Centro é fruto de parceria entre PNUD, o Governo brasileiro, outros organismos da ONU, sociedade civil, universidades e o setor privado.

Compras Públicas Sustentáveis é um instrumento mundialmente reconhecido para promoção da economia verde. O PNUMA implementa, em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente, Planejamento e Indústria, o projeto *Sustainable Public Procurement and Eco-labelling*, no qual são produzidos estudos desde 2013 para entender como o Brasil pode se beneficiar dessa ferramenta.

CONHECER E CUIDAR DA BIODIVERSIDADE: DIREITO DE TODOS E TODAS

O PNUMA apoia o Governo Brasileiro na criação e implementação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR). O projeto consolida a infraestrutura tecnológica necessária para disponibilizar on-line e gratuitamente informações sobre a biodiversidade brasileira – atualmente dispersas em banco de dados de diversas instituições e em coleções biológicas do país –, auxiliando a tomada de decisões sobre os recursos naturais brasileiros. O SiBBR, que atende uma recomendação da Convenção sobre Diversidade Biológica, tem como meta disponibilizar o acesso a 10 milhões de registros de espécimes até o final de 2016.

Os manguezais são áreas de transição entre o mar e a terra que estão vulneráveis e ameaçadas de extinção pela ação do homem. Para alterar esse quadro, o PNUMA, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, desenvolve o Projeto Manguezais do Brasil, que promove a efetiva conservação e o uso sustentável dos recursos nesse ecossistema. Em 2014, com a consolidação do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal, estabeleceu-se a conservação de 74 espécies, sendo 20 ameaçadas em âmbito nacional, 9 em âmbito regional e 45 de importância socioeconômica e não ameaçadas.

Foto: PNUMA Brasil / Tiago Zenaro



As populações do semi-árido brasileiro são diretamente impactadas pelas mudanças ambientais, especialmente no que se refere ao acesso aos recursos naturais.

A REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DA EMISSÃO DE GASES NOCIVOS NA ATMOSFERA, FUNDAMENTAL PARA O FUTURO

Uma das prioridades globais do PNUMA é minimizar o impacto de substâncias nocivas e resíduos no meio ambiente e na saúde. Para apoiar o país em suas avaliações e no desenvolvimento de ferramentas e metodologias que auxiliem a criação de políticas de controle apropriadas, o PNUMA no Brasil estabeleceu parceria como Ministério do Meio Ambiente para o projeto Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. O primeiro resultado da iniciativa, em 2012, foi a conclusão do Sistema Nacional de Informação sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

O projeto de cooperação técnica Pacto para a Redução do Desmatamento, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a FAO e outras instituições e organizações

da sociedade civil do Pará, é financiado pela Comissão Europeia e visa contribuir para reduzir o desmatamento e as emissões brasileiras de gases do efeito estufa na Região Amazônica. O projeto, que começou a ser implantado em 2011, trabalha para reduzir o desmatamento, especialmente no município de São Félix do Xingu (PA), considerado o município com maior desmatamento do país. Para que fossem adotados instrumentos de gestão ambiental e territorial para controlar o desmatamento foi utilizado o Cadastro Ambiental Rural, baseado no georreferenciamento de imóveis rurais e na identificação de áreas que legalmente não podem ser desmatadas.

Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil é um projeto coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e



Foto: UN/Maria Elisa Franco

Exibições sobre turismo e energias sustentáveis no Pavilhão da Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável.

Comunicações, com o apoio do PNUMA. Lançada em 2013, a iniciativa visa identificar opções de redução de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores da economia brasileira. Os resultados servem de apoio para a elaboração de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas, já tendo sido utilizados para o desenvolvimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas, o INDC brasileiro.

O Brasil tem sido um precursor na eliminação das substâncias que destroem o ozônio, conhecidas como SDO, e a ONU Brasil tem sido um importante ator nesse processo. De 1992 a 2013, com o auxílio do PNUD como agência líder de implementação e com recursos do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, o Brasil executou projetos para a conversão tecnológica nos setores de espumas, refrigeração e ar condicionado, solventes, agricultura e indústria química. Dessa forma, o país eliminou o consumo de aproximadamente 17 mil toneladas de substâncias com Potencial de Destruição da Camada de Ozônio e de Aquecimento Global, tais como CFC (clorofluorcarbono), Halons e CTC. Ainda com implementação da UNIDO e apoio do PNUD, o Brasil eliminou o uso de Brometo de Metila. A partir de 2011, o Brasil iniciou o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, com o PNUD como agência líder de implementação. Desde então, o país já eliminou o consumo de aproximadamente 1,5 mil toneladas de HCFCs (hidroclorofluorcarbonos) no setor de espumas e tem a previsão de eliminar cerca de outras 2,7 toneladas de HCFCs até 2020 no mesmo setor. Em 2017, a UNIDO iniciará a implementação de projetos no setor de refrigeração e ar condicionado, que auxiliará o país a eliminar cerca de 1,1 toneladas de HCFCs até 2021.

A atuação da UNIDO no Brasil está baseada na incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável à indústria. Para tanto, fomenta a difusão de energias renováveis, por meio do Observatório de Energias Renováveis para a América Latina e Caribe, que capacitou tecnicamente mais de 116 mil alunos brasileiros em diversas tecnologias renováveis como hidrelétrica, solar térmica, solar fotovoltaica, biogás, eólica e eficiência energética em edifícios, e estabeleceu o Centro de Biogás UNIDO-Itaipu.





Segurança e Cidadania: uma questão de direitos humanos e desenvolvimento

A situação de vulnerabilidade que torna mulheres, crianças, adolescentes, negros, LGBTIs, indígenas e pessoas de baixa renda vítimas da violência retrata também um contexto em que essas pessoas são privadas de seus direitos mais básicos.

Visando à melhoria dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública – que garantem direitos humanos universais, focando nas populações mais vulneráveis através de políticas integradas e efetivas de prevenção e enfrentamento da violência –, o Sistema das Nações Unidas no Brasil propõe a consolidação das capacidades locais para o acompanhamento e avaliação de

políticas públicas de segurança. A ONU também trabalha para o fortalecimento de processos participativos, de controle social e de diálogo com a sociedade civil, apoia a agenda de políticas de segurança, dá suporte ao trabalho intersetorial para garantir os direitos humanos e colabora com o desenvolvimento de políticas públicas para a prevenção de desastres naturais, entre outros.

DIÁLOGO E CONCILIAÇÃO NACIONAL

O PNUD apoiou os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – criada com a missão de apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 no país – desde sua instauração, em 2012, até a emissão de seu documento final, em 2014. O PNUD auxiliou na criação de ferramentas de sensibilização e mecanismos para facilitar a relação da Comissão Nacional da Verdade com o público brasileiro para propiciar um ambiente colaborativo e aberto aos trabalhos de resgate crítico da história recente do país.

Em 2014, o PNUD deu suporte à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça – que trabalha

na reparação moral e econômica às vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações cometidos durante a ditadura militar, entre 1946 e 1988 – na coleta de documentos sobre a ditadura militar e na criação do Memorial da Anistia Política do Brasil. O PNUD também colaborou na realização de cerca de 20 eventos nacionais e internacionais e nas Caravanas da Anistia. No final de 2015, o Ministério da Justiça, em parceria com o PNUD e a Brown University (EUA), iniciou o Abrindo os Arquivos, que visa ampliar o acesso a mais de 100 mil arquivos históricos do governo estadunidense relativos ao período da ditadura civil-militar no Brasil.

DIREITOS HUMANOS E COMBATE À VIOLÊNCIA

Em abril de 2014, com a participação da cantora Daniela Mercury, durante a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, houve o lançamento da Campanha Livres & Iguais, visando apoiar o combate à homo-lesbo-transfobia e informar o público sobre os direitos LGBTI. Criada pelo ACNUDH, essa campanha envolve todo o Sistema

ONU no país. A Livres & Iguais proporcionou, entre outros, um aumento da consciência sobre trabalho decente para trabalhadores LGBTI, respostas para demandas dos refugiados LGBTI e discussões sobre *bullying* homofóbico nas escolas, além do lançamento de um novo relatório sobre a situação de pessoas LGBTI no mundo.



Foto: PNUD Brasil

A ONU apoia a formulação e implementação de políticas públicas como instrumento para promover a paz, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se os direitos humanos para todas as pessoas, propósito ressaltado no Dia Nacional da Visibilidade Trans em 2014.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, mas o aumento da repressão e do encarceramento não tem apresentado os resultados desejados, gerando a necessidade de se aprofundar sobre o tema e definir novas políticas públicas. Nesse contexto, o PNUD realizou, em 2015, em parceria com o UNODC, OPAS/OMS, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Ministério Público Federal e Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, um debate com representantes da sociedade civil e da Academia sobre a quantidade e natureza das drogas, visando criar critérios mais objetivos sobre o encarceramento.

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um processo único durante o qual é feita, a cada período de quatro anos, uma avaliação da situação dos direitos humanos dos 193 Estados-Membros da ONU. O Brasil faz parte da maioria dos tratados e incorporou a maior parte dos compromissos legais e políticos internacionais nessa área. As 170 recomendações recebidas durante a segunda Revisão Periódica, em 2012, foram, no entanto, exemplo do tanto mais que poderia ser feito. Por isso, em 2013, foi assinado um acordo de cooperação para adotar

as principais recomendações que o país recebeu, incluindo o estabelecimento de um mecanismo nacional de prevenção à tortura e de um grupo interinstitucional para seguir e implementar recomendações em nível governamental. Em 2014, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, foi lançado o Projeto Regional para a RPU, com o objetivo de aumentar o entendimento dos compromissos internacionais sobre direitos humanos e engajar diferentes atores para sua implementação. Como resultado, mais de 500 funcionários públicos e representantes de ONGs compareceram a 16 *workshops* até junho de 2015.

“Trabalhando a Perspectiva de Direitos Humanos no Sistema Prisional, com Enfoque em Gênero, Promoção da Saúde, Prevenção das DST/HIV/Aids e Condições e Prevenção das Violências” é um projeto do UNODC que forma trabalhadores do sistema prisional em direitos humanos, com enfoque em gênero, saúde e violência. Para alcançar os resultados, o projeto implementou e validou uma metodologia, que utiliza fotografias como disparadores de discussão. Em razão do êxito do projeto, e do rico banco de fotos, foi possível desenvolver a exposição *A Liberdade de Olhar*, com as fotos advindas das intervenções em Porto Alegre.

A 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização, que mede o sentimento de insegurança e medo do crime, parceria entre o PNUD e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, promoveu entrevistas em 182 municípios, totalizando 82.700 domicílios brasileiros. Lançada em 2013, seus resultados permitem subsidiar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de convivência e segurança da sociedade brasileira.

O ACNUDH apoiou, por meio de reuniões, oficinas e encontros, o estabelecimento de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos, de acordo com os Princípios de Paris. Em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, foi possível apresentar às autoridades brasileiras os padrões internacionais aplicados a essas instituições e ressaltar a importância de articular em nível nacional a defesa de direitos humanos. Em 2015, o regimento interno do Conselho Nacional de Direitos Humanos foi modificado para

se alinhar aos padrões internacionais que regulam o funcionamento de INDHs.

“Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecidas” é um projeto do UNOPS e da Secretaria de Direitos Humanos, lançado em 2015. Seu objetivo é garantir a adequada execução de 17 Centros Socioeducativos e Conselhos Tutelares, em 14 Estados, com impacto direto na melhoria da qualidade do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes e às famílias brasileiras. O UNOPS presta assessoria técnica no monitoramento e supervisão das construções e é responsável pela transferência de capacidades em termos de condução e gerenciamento dessas obras públicas.

Em 2014, o UNICEF e a Pastoral da Criança divulgaram para um milhão de famílias, em 3.900 municípios brasileiros, informações sobre prevenção da violência contra crianças e promoveram o aplicativo para *smartphones* Proteja Brasil.



Mayra Tembê, 7 anos, e irmã, na Aldeia Tembê Turé Mariquita, Tomé Açu, Pará. Crianças indígenas têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar 1 ano de idade do que as outras crianças brasileiras.

Foto: UNICEF / Rita Pedroza

FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA, PREVENÇÃO AO CRIME E AO TRÁFICO DE PESSOAS

O Programa Conjunto Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras foi implementado no período entre 2006 e 2013, nos municípios de Contagem (MG), Lauro de Freitas (BA) e Vitória (ES). Com o financiamento do Governo espanhol e parceria com o Ministério da Justiça, o Programa teve participação de seis agências do Sistema ONU no Brasil: PNUD, UNODC, UNESCO, OIT, ONU-Habitat e UNICEF. As ações desenvolvidas tiveram como foco a promoção da convivência, cumprimento voluntário de regras, resolução pacífica de conflitos, mobilização, ações de prevenção voltadas para segurança e promoção de controle social. Foram mais de 50 ações realizadas em cada um dos três municípios, contemplando diretamente mais de 30 mil pessoas. Após a aplicação do Programa Conjunto observou-se uma redução de 30% na taxa de homicídios entre os jovens de 14 a 24 anos em Itinga (Lauro de Freitas-BA). Já em São Pedro (Vitória-ES), a redução foi de 40% e em Nacional (Contagem-MG), houve 100% de redução da taxa de homicídios para a mesma faixa etária no ano de 2012.

O UNODC lançou, em 2013, a versão brasileira da Campanha Coração Azul, que tem a cantora Ivete Sangalo como Embaixadora Nacional da Boa Vontade para Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas. Com apoio do UNIC Rio, seu objetivo é chamar a atenção do público para o tráfico de pessoas, oferecer treinamento para defensores públicos federais em assistência às vítimas e promover investigação simulada em tráfico de pessoas, oferecendo técnicas de investigação e de apoio. A iniciativa também oferece treinamento de atores do sistema de justiça criminal para o combate ao tráfico de pessoas, apoia a revisão da legislação sobre esse assunto e avalia as políticas públicas do Governo brasileiro, com a participação

da sociedade civil, através da criação de comitês para participação da sociedade civil nas políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Em 1990, 5 mil adolescentes foram assassinados. Em 2013, segundo dados do Datasus, 10,5 mil casos foram reportados. A cada dia, 28 crianças e adolescentes são assassinados, colocando o Brasil em segundo lugar no ranking dos países com maior número de assassinatos de meninos e meninas até 19 anos, atrás apenas da Nigéria, segundo pesquisa do UNICEF, de 2014. Para permitir o monitoramento sistêmico da incidência de homicídios entre a população jovem, contribuindo para a avaliação das políticas de prevenção à violência, o UNICEF, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a ONG Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro desenvolveram o Índice



Guias metodológicos de Convivência e Segurança Cidadã são utilizados para elaboração de diagnósticos e de planos locais e integrados, favorecendo a participação dos cidadãos no processo de formulação, implementação e monitoramento de políticas de segurança pública.

Foto: PNUD Brasil / Julia Lima

de Homicídios de Adolescentes (IHA). O último relatório, apresentado em janeiro de 2015, mostrou índices alarmantes no país e previu que, se as condições atuais permanecerem inalteradas, mais de 42 mil adolescentes serão vítimas de violência letal até 2019. A partir dessa análise, o Ministério

da Justiça se comprometeu a adotar medidas para reduzir as taxas de homicídios em 5% ao ano. O UNICEF ofereceu assistência técnica a estados e municípios com altas taxas de homicídio para implementar medidas concretas para modificar esta estatística.

REFUGIADOS E IMIGRANTES DE TODO O MUNDO: NOVA VIDA NO BRASIL

Fotos: ACNUR / Luiz Fernando Godinho



No Brasil, o trabalho da ONU e seus parceiros visa à integração econômica e social dos refugiados e das refugiadas. Diferentes atividades são desenvolvidas para criar um ambiente de proteção que permita a essa população reconstruir suas vidas com segurança e dignidade.

Nas Américas, o Brasil tem uma legislação de refúgio considerada moderna (Lei 9.474/97) por adotar um conceito ampliado para o reconhecimento de refugiados. Além das situações previstas nas convenções internacionais, o país considera que um indivíduo que cruzou a fronteira internacional em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos pode ser protegido como refugiado. O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) – órgão multiministerial do qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU, via ACNUR – é o responsável por reconhecer e tomar decisões sobre a condição de refugiado no Brasil. Ao final de 2015, o país

registrava uma população de mais de 8.800 refugiados reconhecidos pelo Governo brasileiro, provenientes de cerca de 80 diferentes países. O número de pedidos de refúgio sofreu um vertiginoso aumento nos últimos cinco anos, o que demanda do Brasil cada vez mais esforços para receber e integrar refugiados. O ACNUR oferece apoio técnico ao Governo brasileiro para processar os pedidos de forma célere, transparente e justa. O escritório da ONU para refugiados também dá suporte na política humanitária de vistos simplificados para as pessoas afetadas pelo conflito na Síria, de forma a viabilizar que vítimas de ataques tenham acesso ao território brasileiro de forma regular e segura.



A ONU e seus parceiros trabalham para a integração econômica e social dos refugiados e das refugiadas. Diferentes atividades são desenvolvidas para criar um ambiente de proteção que permita a essa população reconstruir suas vidas com segurança e dignidade.

O aumento exponencial de chegadas de refugiados no Brasil enfrenta o desafio de dar uma solução duradoura para essas pessoas, principalmente por meio da integração local no país. Nesse contexto, o ACNUR tem fomentado o engajamento do Poder Público (federal, estadual e municipal), além da sociedade civil, setor privado e academia. O Programa Cidades Solidárias, desenvolvido no marco dos Planos de Ação do México e do Brasil, visa incentivar a garantia de acesso e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a integração local no âmbito municipal. Em diversas regiões, estão sendo estabelecidos Comitês Estaduais e Municipais para a Integração Local de Refugiados. Além disso, a criação dos Centros de Referência e Acolhida para Imigrantes, já presentes em três estados (SP, SC e RS), também representa um esforço para conjugar esforços dos

três níveis federativos em prol da garantia de direitos e serviços básicos aos refugiados.

Migrantes e refugiados puderam participar das discussões para subsidiar a construção da Política Nacional sobre Migrações, por meio da 1ª Conferência sobre Migração (I Comigrar), realização do Ministério da Justiça com o apoio do PNUD em 2014. A etapa nacional contou com 2.840 propostas, de 5.374 participantes. Como desdobramento da Comigrar, foram criados comitês de acompanhamento da sociedade civil para auxiliar na criação de uma nova lei de migração, que contemple a questão das migrações sob a ótica de proteção de direitos. O PNUD apoiou também o desenvolvimento do Diretório Nacional das Instituições

Envolvidas com a Temática Migratória no Brasil, que conta com mais de 175 instituições identificadas e cadastradas.

Desde 2003, o ACNUR implementa no Brasil a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, incentivando a pesquisa e a produção acadêmica relacionada ao Direito Internacional dos Refugiados. Atualmente, a Cátedra possui convênio com 15 universidades em todo o país. Entre suas atividades, encontram-se curso de português para refugiados e solicitantes de refúgio, processo de ingresso facilitado, processo de revalidação de diplomas adquiridos no exterior facilitado para refugiados, bolsa de estudo e cotas para refugiados.

Para garantir a assistência humanitária e a integração dos refugiados no Brasil, o ACNUR

implementa projetos com organizações da sociedade civil em diferentes cidades brasileiras com esses parceiros e desenvolveu, nos últimos anos, projetos como Arteterapia com Crianças, usando a fabricação de bonecas, após o relato de suas histórias, ou a Iniciativa Jovem, que lançou o videoclipe *Somos Um*, criado pelos refugiados, que teve grande impacto no Brasil e foi transmitido internacionalmente. A questão de gênero também está na pauta, com oficinas de teatro abordando o tema, grupos de debate sobre novas masculinidades e jogos de futebol com enfoque de gênero. Nesse sentido, e em parceria com o Pacto Global, a ONU Mulheres, a Cáritas São Paulo e a empresa de Recursos Humanos FoxTime, o ACNUR realizou um projeto de oficina piloto sobre o empoderamento das mulheres e mercado de trabalho.

O ACNUR, conjuntamente com a Rede Brasileira do Pacto Global, apoiou em 2015 o Encontro Empresarial – O papel do setor privado na integração de imigrantes e refugiados, promovido pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AEAI) do estado de São Paulo. O objetivo do encontro foi aproximar imigrantes e refugiados em busca de trabalho de empresas interessadas em aproveitar a experiência e diversidade que esses profissionais podem aportar. Outra iniciativa de destaque nessa área é o Programa de Apoio para a Recolocação de Refugiados (Parr), uma parceria do ACNUR e a empresa de consultoria jurídica em imigração Emdoc, que elaborou um banco virtual de currículos de refugiados e solicitantes de refúgio acessado por empresas que objetivam contratar mão de obra estrangeira.

Em 2014, o Brasil sediou o evento final do 30º Aniversário da Declaração de Cartagena, que culminou com a adoção da Declaração e Plano de Ação do Brasil, que garante ações concretas para a

proteção de refugiados na próxima década. Um ano depois, por decreto presidencial, foi garantida a adesão do Brasil à Convenção de 1961 sobre a Redução da Apatridia, um passo coerente com os objetivos do BPA e do Plano de Ação Global do ACNUR para acabar com a apatridia. Ademais, em maio de 2016, o governo brasileiro adotou um decreto abandonando a exigência de que pessoas renunciem a sua nacionalidade para se naturalizar como brasileiras. O ACNUR tem oferecido apoio técnico ao Executivo e ao Legislativo para a adoção de uma lei sobre apatridia. O comissariado também vem buscando conscientizar o público sobre os desafios enfrentados pelos apátridas através da Campanha #IBelong e já mobilizou mais de mil assinaturas para a Carta Aberta da campanha apenas em 2016.

Foto: ACNUR / Luiz Fernando Godinho



Mulheres refugiadas são especialmente vulneráveis e recebem especial atenção das Nações Unidas e seus parceiros. No Brasil, elas são capacitadas para entender seus direitos, enfrentar a violência e contribuir para uma sociedade com maior igualdade de gênero.

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS

O Programa Rio+ Social, implementado desde maio de 2011 em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Instituto Pereira Passos e do ONU-Habitat, promove serviços públicos regulares com cobertura e qualidade para os 559 mil habitantes das 208 favelas pacificadas e para os 112 mil habitantes de outros espaços urbanos da cidade, levando em conta que 53% da população das comunidades são mulheres e 34% tem entre 15 e 29 anos. O Programa foi incluído no novo Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro e tem três vertentes principais: o fortalecimento do diálogo com atores locais; a produção de dados para analisar dinâmicas locais; e a articulação de políticas e projetos com diversas organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Com mais de 80 parceiros, 115 projetos e 449 ações, em conjunto com as comunidades em áreas como cultura, esportes, empreendedorismo, saúde, meio ambiente, entre outros, o Programa produziu, por exemplo, mapas geográficos e interativos atualizados, reconhecimento oficial de logradouros, melhoras nos serviços públicos, fortalecimento de lideranças e produção e supervisão de indicadores urbanos e sociais.

Além de presenciar a industrialização e a migração da população para os centros urbanos, nas décadas de 1950 e 1960, muitas cidades cresceram e passaram por um processo de conurbação. Para enfrentar essa mudança, o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e do ONU-Habitat, firmaram um projeto para a formulação e a implementação da política brasileira de governança metropolitana, para elaborar a proposta de Marco Legal da Política Metropolitana e o desenvolvimento de uma metodologia para o desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado em articulação com os instrumentos existentes nos níveis regionais e municipais. A meta é que os instrumentos gerados se configurem em mecanismos eficazes para coordenar o planejamento e a gestão urbana em

Foto: UNICEF / João Ripper



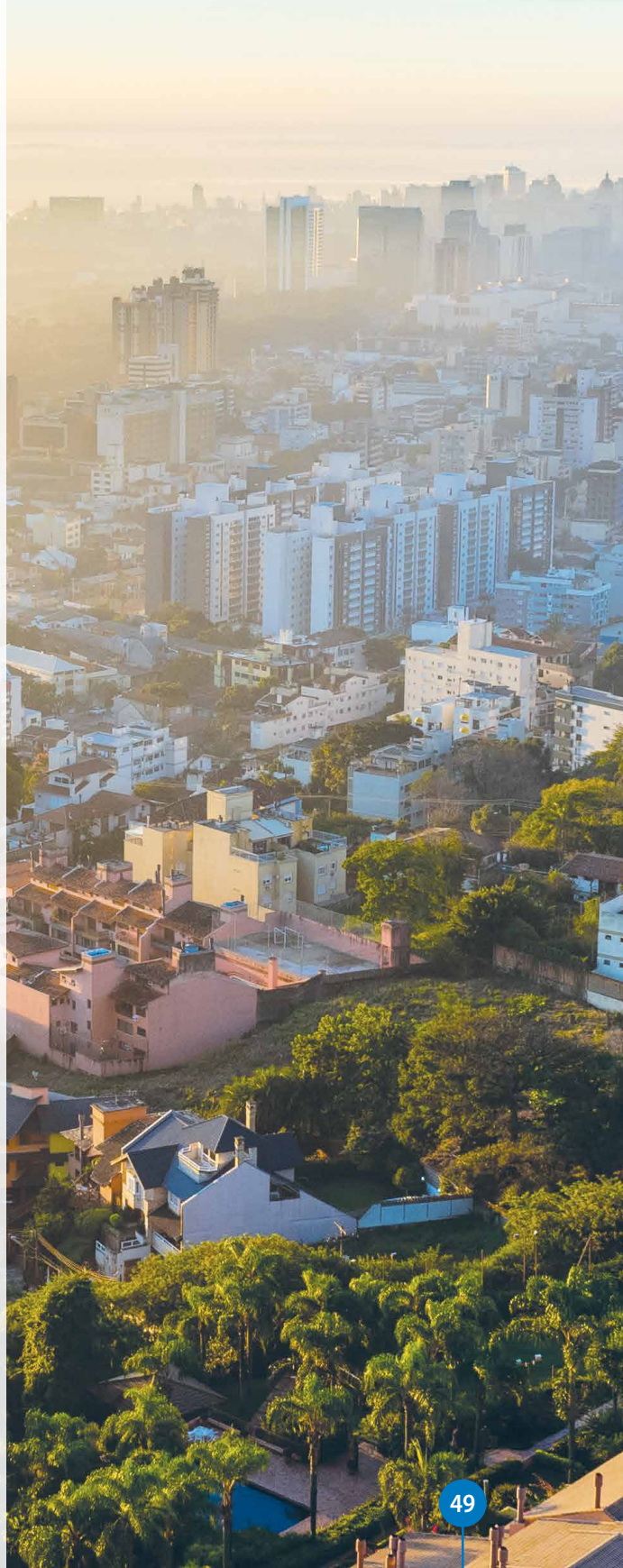
A ONU trabalha nas periferias dos grandes centros urbanos para estimular o enfrentamento da redução das desigualdades, reconhecendo e valorizando as diferenças que compõem uma cidade.

municípios com perfil urbano-regionais, em especial naqueles estabelecidos em regiões metropolitanas.

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A – braço técnico da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo – é responsável pela coordenação e viabilização de projetos e programas integrados para a Macrometrópole Paulista, composta por 172 municípios que abrigam 30 milhões de pessoas. Frente a esse desafio, o Estado de São Paulo deu início em fevereiro de 2012 à discussão e articulação do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM 2013/2040) e elaborou cenários com a participação de doze secretarias estaduais. Para fortalecer a relação com diversos setores da sociedade, o ONU-Habitat elaborou, junto com a Emplasa, um modelo de diálogo que permite a concepção de uma estratégia de governança macrometropolitana mais eficiente, eficaz e participativa. Em sua segunda etapa, o projeto busca desenvolver atividades técnicas para disseminar, no cenário local e internacional, projetos e ações em andamento no âmbito do planejamento e da governança metropolitanos no estado de São Paulo.

DIREITOS HUMANOS E GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS

Nas últimas duas décadas, mais de 23 mil desastres naturais foram registrados no Brasil. Somente o número de deslizamentos aumentou mais de 20 vezes entre 1990 e 2000. Em 2013, o Projeto de Redução de Riscos de Desastres, uma parceria do PNUD com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, capacitou 450 pessoas em 162 municípios. Em 2014 e 2015, o Programa da ONU também contribuiu na gestão de riscos de desastres, por meio do projeto Fortalecimento da Cultura de Gestão de Risco de Desastres no Brasil, na mesma parceria. Um dos resultados da iniciativa foi a realização da II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil e a capacitação de 1250 agentes da defesa civil de 421 municípios; mais de 9 mil agentes devem ser treinados até o final do projeto.





Cooperação Sul-Sul: vetor das relações internacionais

A Cooperação Sul-Sul (CSS) promovida pelo Brasil tem se transformado nesses últimos anos em vetor das relações internacionais do país. A cooperação brasileira com organismos internacionais possibilita a elaboração de ações conjuntas e promove a divulgação das boas práticas nacionais para os outros países em desenvolvimento, na busca de ações mais efetivas, de longo prazo e sustentáveis. A troca de experiências e de conhecimento entre organismos internacionais e o Governo do Brasil propicia também o desenvolvimento de ações de Cooperação Técnica Sul-Sul mais efetivas e ajustadas às diferentes realidades locais.

O Sistema das Nações Unidas colabora com a expansão dessa agenda, promovendo uma cultura entre as instituições brasileiras para diversificar os mecanismos de cooperação horizontal. O resultado

desse exercício é a construção conjunta de novas capacidades sob a liderança do Governo e a partir da experiência brasileira.

ÁFRICA EM FOCO

“Brasil & África: Lutando contra a Pobreza e Empoderamento das Mulheres via Cooperação Sul-Sul” é um projeto conjunto, lançado em 2015, pelo PNUD, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD (ICP/IG), UNFPA e ONU Mulheres. A iniciativa busca aumentar o engajamento do Brasil nas parcerias de cooperação internacional para o desenvolvimento com países de baixa renda na África. Seu principal objetivo é contribuir para a erradicação da pobreza e desenvolvimento socioeconômico inclusivo, enquanto é promovida também a igualdade de

gênero e o empoderamento das mulheres, com foco no fim da violência contra mulheres e aumento de sua inclusão econômica. Com atividades previstas até 2017, o projeto Brasil & África tem como foco inicial Moçambique e Nigéria. A iniciativa tem parcerias com órgãos governamentais brasileiros, como a ABC do Ministério das Relações Exteriores, Fiocruz, Ipea e ministérios relacionados à proteção social e desenvolvimento social, saúde e educação, além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, entre outros.



No âmbito do Projeto Jovens Lideranças, em 2013, um mutirão comunitário construiu um Centro Educacional na cidade de Bissau, na Guiné Bissau, por meio de parceria entre Brasil e ONU para a promoção da Cooperação Sul-Sul.

MAIS MÉDICOS, UM PROGRAMA INOVADOR

O Programa Mais Médicos foi criado em 2013 pelo Governo brasileiro para suprir a carência de profissionais nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do país. A Representação da OPAS/OMS no Brasil colabora com a iniciativa intermediando a vinda de médicos de Cuba para atuar na Estratégia de Saúde da Família. O programa aplica os princípios da CSS e tanto o Brasil quanto Cuba solicitaram a participação da OPAS/OMS no processo, para agregar valor às atividades e aos resultados do programa, promovendo a sistematização e a divulgação de experiências. Com o Mais Médicos, foi possível preencher 18.240 vagas de médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Dessas, 11.429 foram preenchidas por profissionais cubanos. Após

a implementação do programa, 700 municípios localizados em áreas remotas do Brasil passaram a ter médico residente para atendimento na atenção básica de saúde. Com o Mais Médicos, o Brasil está próximo de alcançar a meta da Política Nacional de Atenção Básica do SUS, com aumento de 7,7% da cobertura. Pesquisa aponta que 85% dos usuários das unidades básicas de saúde, com atendimento do Mais Médicos, estão satisfeitos com a atenção recebida. Já existem evidências do impacto dessa iniciativa nas condições de saúde da população brasileira, com redução da mortalidade materna e infantil e das complicações e internações de pacientes com doenças crônicas. A ampliação do atendimento médico também diminuiu em 8,9% as internações hospitalares.



Foto:OPAS

Profissional cubano do Mais Médicos atende paciente na Reserva Indígena Trocarám em Tucuruí, Pará.

EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS INSPIRAM PROJETOS

A participação do Brasil como país-líder na gestão de recursos hídricos conta com a cooperação da UNESCO para disseminar as experiências brasileiras por meio da iniciativa Cooperação Sul-Sul para o Fortalecimento da Gestão Integrada e do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos no contexto de países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa. O reconhecimento internacional desse protagonismo na gestão de águas trará para Brasília, em março de 2018, o 8º Fórum Mundial de Águas, fruto dos resultados obtidos na cooperação com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.

Os Bancos de Leite humano (BLh) são outro exemplo da cooperação técnica brasileira.

A combinação de baixo custo e eficácia dos métodos de coleta e controle de qualidade desenvolvidos pela Fiocruz possibilitou ao Brasil estruturar uma das maiores e mais complexas redes de BLh do mundo nos últimos cinco anos. A OPAS/OMS reconheceu os esforços da rede brasileira de BLh, que possui 292 unidades em todo o mundo. Esses bancos beneficiaram, entre 2008 e 2014, 88,5% (cerca de 11 milhões) de todas as mulheres assistidas no planeta. A experiência brasileira serviu de inspiração para a implantação, com apoio do PNUD, de BLh em 24 países da América Latina, da África e até da Europa.

Em cooperação técnica com o IBGE, os institutos de estatística do Senegal, Cabo Verde e África do Sul se



Foto: Missão Permanente do Brasil na ONU

A Cooperação Sul-Sul foi fortalecida durante evento paralelo à 47ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, em Nova York. Participantes do encontro (a partir da esquerda): Presidente do INECV, Dr. Antônio dos Reis Duarte; representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, embaixador Antônio Patriota; diretor geral da ANSD, Dr. Aboubacar Sedikh Beye; presidente do IBGE, Dra. Wasmalia Bivar; diretor da Divisão Técnica do UNFPA, Dr. Benoit Kalasa; e diretor geral adjunto do Instituto de Estatísticas da África do Sul, Dr. Risenga Maluleke.

tornarão centros de referência para treinamento em realização de censos de população e habitação em outros países africanos. Os três centros de referência estão se especializando nas metodologias de coleta eletrônica de dados desenvolvidas pelo IBGE e poderão apoiar a capacitação de outros escritórios de estatística da região, em especial aqueles que promoverão censos em 2020. A expectativa é que a cooperação possa beneficiar pelo menos 18 países africanos. O projeto dos Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados é parte da iniciativa de Cooperação Sul-Sul estabelecida entre o Brasil, por meio da ABC e o UNFPA na área de população, desenvolvimento e direitos.

BUSCANDO E EXPORTANDO EXCELÊNCIA

O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) trabalha junto aos diversos ministérios para compartilhar com países em desenvolvimento o que é conhecida como A Experiência Brasileira. Suas ações iniciais focaram em 18 países prioritários, como Timor Leste, Guiné Bissau, Haiti, Quênia, Moçambique, Tanzânia, Bangladesh, Costa do Marfim e Zimbábue. Em 2014, mais de 70 países já estavam envolvidos nessa iniciativa e 28 recebem assistência técnica contínua. Desde sua fundação, representantes de 38 países – da América Latina, da África e do Sudeste asiático – estiveram no Brasil em visitas promovidas pelo Centro. Desses, 70% criaram planos de ação para implementar políticas sociais para suas populações, desenvolvidas a partir do modelo brasileiro, considerado pela ONU um paradigma a ser seguido na área de políticas sociais.

Foto: PMA / Carolina Montengro



Agricultora do Distrito Federal explica processos de compras públicas para Delegações de Camarões e de Zimbábue, em novembro de 2014.

Em 2015, após a visita ao Brasil de uma delegação da União Africana, coordenada pelo Centro de Excelência contra a Fome do PMA, o organismo internacional – que engloba os 54 países africanos – adotou uma iniciativa continental de alimentação escolar como uma ferramenta para sair da pobreza, usando como inspiração programas brasileiros. Também nesse ano, no Senegal, 21 países – que trabalham em parceria com o Centro de Excelência – aprovaram a criação da African School Feeding Network para estabelecer e melhorar as políticas de alimentação escolar.

Para impulsionar a Cooperação Sul-Sul, desde 2009 o Governo brasileiro e a FAO executam o projeto Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe, que reúne as lições aprendidas no Brasil com a alimentação escolar para alcançar a universalidade na cobertura desse programa. A iniciativa contribuiu para melhorar o estado nutricional dos estudantes com a alimentação escolar regular e tratar a alimentação escolar no rol dos direitos humanos. Através desse projeto, hortas escolares foram transformadas em ferramenta pedagógica e a inclusão de gêneros da agricultura familiar com foco na alimentação saudável ganhou destaque. Em 2016, o projeto está sendo executado em 13 países, como Honduras, El Salvador, Guatemala, Paraguai, Costa Rica e Peru, onde mais de 5 mil profissionais foram capacitados e duas leis para a alimentação escolar foram promulgadas.

Um dos principais projetos de Cooperação Sul-Sul do Governo brasileiro com o PNUD acontece no Haiti. Além do apoio ao



O Brasil e a ONU trabalham com programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe, utilizando lições aprendidas no Brasil sobre o tema.

processo de construção, realizado em parceria com a UNOPS, de três hospitais, um centro de reabilitação e um laboratório de órteses e próteses, o PNUD Brasil ajudou com a concessão, em 2013, de 3 mil bolsas, que já resultaram na formação de 500 agentes comunitários de saúde, inspetores sanitários e técnicos de enfermagem. O projeto apoiou também a compra de 30 ambulâncias, 14 veículos 4x4 e 500 caixas térmicas utilizadas na Campanha de Vacinação Nacional de Crianças em 2012. A iniciativa faz parte de um acordo tripartite entre os Ministérios da Saúde do Haiti, de Cuba e do Brasil, e já registra atendimentos na ordem de 100 mil pacientes nos anos de 2014 e 2015.

Reconhecido como líder em tecnologia de plantio direto na área cotonícola, o Brasil tem contribuído para reverter o quadro de estagnação das taxas de produtividade do algodão na África. Em 2014, o PNUD iniciou a segunda fase do projeto Cotton4, iniciativa que resulta de parceria com a ABC, com recursos provenientes do contencioso de algodão entre Brasil e Estados Unidos e insumos tecnológicos da EMBRAPA. Na primeira etapa, beneficiaram-se do projeto quatro países: Benin, Burkina Faso, Chade e Mali. Na segunda etapa, projetos regionais incluirão outros países africanos na cooperação.

A OIT, por meio do Programa de Cooperação Sul-Sul com o Governo brasileiro, promoveu a expansão da cooperação internacional a partir das experiências no país em temas como trabalho infantil, trabalho forçado, proteção social, seguridade social, empregos verdes e migração. No período entre 2005-2015, o programa mobilizou cerca de US\$ 20 milhões, que possibilitaram a implementação de 19 projetos entre o Brasil e outros países.

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) é um fórum global para o diálogo Sul-Sul sobre políticas de desenvolvimento inovadoras, fruto de uma parceria entre o PNUD e o Governo do Brasil. A missão é promover o diálogo e facilitar o aprendizado sobre políticas entre países em desenvolvimento. Há mais de 11 anos, o Centro oferece serviços e ferramentas para fortalecer as capacidades institucionais, produzindo pesquisas e análises de políticas, e compartilhando conhecimento. O IPC-IG já disseminou mais de 1.293 publicações de pesquisa no âmbito de políticas públicas, que somam mais de 3 milhões de downloads em 180 países.

FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2012, a parceria com o Governo brasileiro sobre cooperação humanitária se fortaleceu, resultando em uma contribuição de US\$ 1,2 milhão para o UNICEF. Esses fundos foram utilizados em 11 países, incluindo emergências humanitárias “silenciosas”, destacando-as para a comunidade internacional. Em 2013, para atender à crescente demanda na área, o UNICEF criou a unidade Cooperação Sul-Sul Horizontal (CSSH). Desde então, o envolvimento do UNICEF Brasil como parceiro na CSS trilateral contribuiu na implementação de ações de cooperação entre o Brasil e países como Angola, Argélia, Belize, Colômbia, Equador, Etiópia, Gana, Guatemala, Jamaica, Nepal e Iêmen, entre outros, nas áreas de proteção social, saúde dos adolescentes, HIV/Aids, educação, Desenvolvimento das crianças, Água, Saneamento e Higiene (Wash) e Nutrição.

Para o Sistema ONU no Brasil, o voluntariado é essencial na promoção do desenvolvimento sustentável e na implementação dos ODS. Com a criação da Bolsa Sergio Vieira de Mello e do Programa SP Voluntário, o Brasil reafirma seu comprometimento para o estabelecimento de parcerias para a CSS e promoção do desenvolvimento sustentável. Anunciada em agosto de 2013, durante as comemorações do Dia Mundial da Ação Humanitária e por ocasião dos dez anos da morte de Sergio Vieira de Mello, a Bolsa é uma iniciativa da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME)⁶, do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com o Programa de Voluntários da ONU (VNU).

COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS EM EQUIDADE DE GÊNERO, CULTURA E INFORMAÇÃO PARA COMBATER A POBREZA

A pedido do Mercosul, a UNESCO desenvolveu o projeto “Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquititos no Mercosul: Fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento”, que consolida a posição regional do Brasil na gestão conjunta desse patrimônio transfronteiriço e mundial.

A UNESCO e a ABC desenvolvem projetos de cooperação com países em desenvolvimento, com foco específico nos países africanos, na Comunidade dos países de Língua Portuguesa e na América Latina. Atualmente, a UNESCO desenvolve projetos de CSS através de atividades em Ciências Sociais e Humanas (implementação da metodologia UNESCO



Foto: ONU/MULHERES

Ativista indígena, Celia Xakriaba, discursa do Acampamento Terra Livre - encontro no qual foi validada a pauta nacional de mulheres indígenas brasileiras.

6 O CGFome foi extinto em 2016 e suas funções atribuídas a outras unidades do MRE.

Escola Aberta em Guiné-Bissau), Educação, Comunicação e Informação (ferramentas de comunicação e estratégias para a educação preventiva para estudantes de Cabo Verde), Ciências Naturais (gestão da água na América Latina) e, mais recentemente, Cultura (gestão do patrimônio jesuítico no Mercosul).

Bolívia, Brasil, Guatemala e Paraguai foram o foco do Programa de Incorporação das Dimensões de Equidade de Gênero, Racial e Étnica nos Programas de Combate à Pobreza em quatro países da América Latina (2006-2012). A ONU Mulheres coordenou e implementou regionalmente o projeto, que nasceu da necessidade de enfrentamento das desigualdades sociais em países da América Latina, a partir da compreensão que o racismo e o sexismo estruturam as desigualdades econômicas e excluem as mulheres do exercício da cidadania. O Programa contribuiu para estabelecer enfoques de gênero e igualdade racial e étnica em estudos sobre a pobreza na região e fortalecer espaços de intercâmbio e análise entre atores distintos. Também foi promovida a incorporação das dimensões de gênero, raça e etnia nas políticas públicas, em especial nas de combate à pobreza e o fortalecimento das organizações e rede de mulheres, principalmente negras e indígenas.

Delegação de Camboja visita restaurante comunitário brasileiro, em agosto de 2015.





Além do Marco de Cooperação

A ONU Brasil mais moderna,
eficiente e transparente



Casa da ONU em Brasília, Distrito Federal.

A Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU têm demandado, por meio de resoluções, maior eficiência e eficácia nas operações do Sistema ONU, bem como implementação de programas mais coerentes, redução de custos de transação para os governos e maior racionalização e transparência de gastos.

Um dos primeiros passos dessa nova forma de trabalho do Sistema ONU no Brasil foi a inauguração da Casa da ONU, Complexo Sergio Vieira de Mello, em Brasília, em 2012, iniciativa que se junta a outros complexos semelhantes da ONU espalhados pelo mundo. A atuação conjunta de seus diversos organismos em um país tem como objetivo estreitar os laços entre os programas e promover uma atuação unificada, reduzindo também os custos operacionais do Sistema. A execução das obras é do Escritório das Nações Unidas para Serviços de

Projetos (UNOPS), que também se encarregou do processo de licitação para escolha dos arquitetos e construtoras responsáveis. Em 2016, o Complexo Sérgio Vieira de Mello hospeda oito organismos da ONU.

Também em resposta a essas demandas, o Sistema ONU no Brasil se voluntariou para compor o grupo de 14 países da fase-piloto de implementação do Business Operations Strategy (BOS): uma estratégia para a realização de operações conjuntas pelos organismos do Sistema. Em uma iniciativa inédita e inovadora, optou pela implementação de um Centro Integrado de Operações (Joint Operations Facility – JOF), que inicialmente apoiará a implementação programática de seis organismos da ONU nas áreas de licitações e viagens, já prevendo a ampliação para outras áreas e linhas de serviço.

A VOZ DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

A utilização da Internet como principal meio de comunicação das pessoas tem sido ampliada diariamente no Brasil e no mundo. Dados mostram que 65% dos jovens brasileiros com até 25 anos acessam a Internet todos os dias, e entre todos os usuários das redes sociais no país – cerca de 50% da população –, 76% acessam a rede diariamente.

Assim, como parte dos esforços do Sistema ONU no Brasil para aumentar a transparência, engajar a sociedade e informar a todos os brasileiros e brasileiras sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Organização no Brasil e no mundo, em 2011 foi criado o *website* <onu.org.br>. De fácil acesso, a página, atualizada diariamente, é também um exemplo do trabalho em conjunto desenvolvido por todas as agências, fundos e programas no país.

Administrado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil UNIC Rion, o perfil Facebook

com/ONUBrasil alcançou, em março de 2016, meio milhão de seguidores. No total, durante 2015, mais de 5 milhões de pessoas visualizaram os conteúdos dessa ferramenta, mostrando o interesse do público brasileiro nas ações desenvolvidas pela ONU no país. O Twitter @ONUBrasil chegou a 213 mil seguidores em março de 2016 e possui uma média de 1,3 milhão de visualizações mensais.

O *site* da ONU Brasil também trabalha em conjunto com seus parceiros no país na difusão de informações sobre iniciativas conjuntas com as agências, fundos e programas do Sistema ONU, ampliando o acesso a informações sobre direitos e documentos-chave que apoiam a execução de políticas públicas no país. Os estudos promovidos pelas Nações Unidas e parceiros vão de temas como ressocialização de presidiários à luta contra a violência contra as mulheres; da resposta ao surto de zika à integração de refugiados ao mercado de trabalho brasileiro.



onu.org.br – mais de **3.400** notícias publicados no site em 2015



@ONUBrasil alcançou **213.000** seguidores em março de 2016

@ONUBrasil – média de **1,3** milhão de visualizações por mês



Em julho de 2016, mais de **43.500** seguidores no Instagram



Em 2015, **352** vídeos foram produzidos em português

Em 2015, mais de **meio milhão** de pessoas assistiram nossos vídeos no Youtube



Fanpage fb.com/ONUBrasil alcançou **meio milhão** de seguidores em março de 2016

De janeiro a março de 2016 – quase **2,5 milhões** de pessoas assistiram nossos vídeos





O Futuro da ONU no Brasil: Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021

O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations Sustainable Development Partnership Framework, em inglês)⁷ 2017-2021 define as bases das atividades de cooperação para o desenvolvimento a serem implementadas pelos organismos do Sistema ONU no Brasil para os próximos cinco anos. Para o período que se inicia em 2017, os organismos do Sistema ONU no Brasil devem aprofundar e ampliar sua colaboração com o Governo e demais parceiros, de modo a consolidar parcerias e ações em busca do desenvolvimento, da produtividade e da inclusão social, com igualdade de gênero e raça – alicerces desse trabalho conjunto.



Para mudar nosso mundo todas as gerações precisam estar envolvidas na Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Esse quarto Marco Estratégico da ONU para o Brasil reflete uma nova visão de cooperação internacional, adequada à atual realidade brasileira, e traz como eixo central o novo instrumento de desenvolvimento global, a “Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Essa Agenda, nascida da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (a Rio+20) e adotada durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em 2015 – em cuja elaboração o Brasil teve papel de destaque –, se propõe a ampliar as conquistas obtidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e traz para a discussão mundial temas relevantes, como a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e humano. Os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) também

⁷ O Marco de Parceria, antes chamado de Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF, em sua sigla em inglês), teve seu nome modificado para esse período em resposta à nova agenda de desenvolvimento global, a Agenda 2030.

avançam em relação aos ODM no que se refere à incorporação, em toda sua extensão, do compromisso com a promoção da igualdade de gênero.

Por meio da implementação do Marco de Parceria da ONU para o Brasil 2017-2021 e de todas as ações previstas no documento, o Sistema ONU no país pretende continuar apoiando o Governo brasileiro no desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais para enfrentar os desafios da superação das assimetrias sociais e econômicas, o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos e a promoção de iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Dividido em cinco eixos – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, o novo Marco de Parceria engloba as ações acordadas pela comunidade internacional por meio dos 17 ODS. Conheça, abaixo, os resultados para os quais o Sistema ONU no Brasil pretende contribuir, até 2021, com a implementação dessa estratégia.

EIXOS DO MARCO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2017 – 2021

EIXO PESSOAS: Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas

Resultado 1: Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.

EIXO PLANETA: Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras

Resultado 2: Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos.

Resultado 3: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos.

EIXO PROSPERIDADE: Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas

Resultado 4: Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas.

Resultado 5: Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

EIXO PAZ: Sociedade pacífica, justa e inclusiva

Resultado 6: Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas.

EIXO PARCERIAS: Parcerias múltiplas para implementação da agenda de desenvolvimento sustentável

Resultado 7: Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE
E BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL



ACNUDH
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
E-mail: ohchr-santiago@ohchr.org
Website: www.acnudh.org/pt-br/



ACNUR
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
E-mail: brabr@unhcr.org
Website: www.acnur.org.br



CEPAL
Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
E-mail: cepal.brasilia@cepal.org
Website: www.cepal.org/brasil



FAO
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
E-mail: fao-br@fao.org
Website: www.fao.org/brasil



OIT
Organização Internacional do Trabalho
E-mail: brasilia@ilo.org
Website: www.oit.org.br



OMPI
Organização Mundial da Propriedade Intelectual
E-mail: brazil.office@wipo.int
Website: www.wipo.int



ONU Habitat
Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
E-mail: brasil@onuhabitat.org
Website: www.onuhabitat.org



ONU Mulheres
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
E-mail: onumulheres@unwomen.org
Website: www.onumulheres.org.br



OPAS/OMS
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde
Website: www.paho.org/bra/



PMA
Programa Mundial de Alimentos
E-mail: brazil.centrefexcellence@wfp.org
Website: www.wfp.org



UNDP
United Nations Development Programme
Website: www.pnud.org.br

*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



PNUMA
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
E-mail: pnuma.brasil@pnuma.org
Website: web.unep.org/regions/brazil

SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL



UIT
União Internacional de Telecomunicações
E-mail: itubrasilia@itu.int
Website: www.itu.int



UNAIDS
Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
E-mail: imprensa@unaids.org
Website: www.unaids.org.br



UNDSS
Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas
Website: www.undss.org.br



UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
E-mail: brasilia@unesco.org
Website: www.unesco.org/brasilia



UNFPA
Fundo de População das Nações Unidas
E-mail: unfpa@unfpa.org.br
Website: www.unfpa.org.br



UNIC Rio
Centro de Informação das Nações Unidas
E-mail: unic.brazil@unic.org
Website: unicrio.org.br



UNICEF
Fundo das Nações Unidas para a Infância
E-mail: brasilia@unicef.org
Website: www.unicef.org.br



UNIDO
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
E-mail: office.brazil@unido.org
Website: www.unido.org



UNISDR
Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres
Website: www.unisdr.org/americas



UNODC
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
E-mail: unodc.brasil@unodc.org
Website: www.unodc.org.br



UNOPS
Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos
E-mail: brasil@unops.org
Website: www.unops.org

Fotos:

- P. 2 OPAS- OMS
- P. 6 PNUD Brasil
- P. 8 Gilmar Galache
- P. 31 Bruno Fernandes
- P. 32 PNUD Brasil / Tiago Zenero
- P. 39 CLC/Iphan
- P. 40 ACNUR / Diogo Félix
- P. 49 Felipe Valduga
- P. 50 WFP / Mariana Rocha
- P. 57 WFP / Carolina Montenegro
- P. 58 PNUD Brasil
- P. 61 PNUD Brasil / Tiago Zenero
- P. 62 PNUD Brasil / Fábio Donato

Coordenação Editorial

Larissa Vieira Leite

Edição de Conteúdo

Valéria Schilling

Revisão de Conteúdo

Pedro Henrique Souza, Larissa de Almeida Nogueira Cervi
e Gustavo Henrique Bodenmüller

Revisão Gramatical

Claudia David

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernando Brandão

Apoio

Equipe de País das Nações Unidas no Brasil

ACNUDH, ACNUR, CEPAL, FAO, OIT, ONU MULHERES, OPAS-OMS, PMA, PNUD,
PNUMA, UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UN-HABITAT, UNIC, UNODC e UNOPS



Organização das Nações Unidas no Brasil

Endereço: Setor de Embaixadas Norte - Lote 17,
Brasília – Distrito Federal, CEP: 70800-922

Telefone: +55 (61) 3038-9065

www.onu.org.br



 www.facebook.com/ONUBrasil

 www.twitter.com/ONUBrasil

 www.youtube.com/ONUBrasil

 www.instagram.com/ONUBrasil

